

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	64
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.964.596.762
Preferenciais	0
Total	2.964.596.762
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	04/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2014	Ordinária		0,01639

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	11.847.033	11.330.107
1.01	Ativo Circulante	5.787.508	6.017.764
1.01.01	Disponibilidades	48.349	56.554
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.615.563	1.206.875
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	909.998	964.997
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	741.832	278.145
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-36.267	-36.267
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.947.993	2.929.198
1.01.03.01	Carteira Própria	1.902.873	2.893.105
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	45.120	34.130
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	0	1.963
1.01.04	Relações Interfinanceiras	382.761	368.777
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	24.432	5.340
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	358.267	363.259
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	62	178
1.01.05	Relações Interdependências	1.366	2.055
1.01.06	Operações de Crédito	1.504.117	1.235.588
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	212.888	33.676
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.344.751	1.249.265
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-53.522	-47.353
1.01.08	Outros Créditos	286.303	217.264
1.01.08.01	Carteira de Cambio	21.327	28.013
1.01.08.02	Rendas a Receber	49.449	52.687
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	935	1.239
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	43.770	42.348
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	26.437	14.511
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	22.304	22.291
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	107.391	60.419
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	23	39
1.01.08.09	Diversos	17.815	9.282
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-3.154	-13.571
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	6	6
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.056	1.453
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.061	1.033
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-163	-163
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	158	583
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.826.037	5.065.445
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.867.409	3.061.250
1.02.02.01	Carteira Própria	3.853.588	3.048.243
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	13.821	13.007
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.109.889	1.135.695
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	275.126	469.356
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	859.157	690.074

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-24.394	-23.735
1.02.07	Outros Créditos	836.170	855.931
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	835.307	832.404
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	865	1.823
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	0	21.705
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	-2	-1
1.03	Ativo Permanente	233.488	246.898
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	121.100	125.693
1.03.02.01	Imóveis de Uso	48.539	47.421
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	150.997	150.151
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.046	48.045
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-126.482	-119.924
1.03.04	Intangível	112.121	120.938
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	182.691	183.596
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-70.570	-62.658
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	41.035	41.035
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-41.035	-41.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	11.847.033	11.330.107
2.01	Passivo Circulante	7.583.426	7.422.104
2.01.01	Depósitos	3.401.747	3.070.392
2.01.01.01	Depósitos à Vista	808.814	760.781
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	579.749	548.813
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	86.022	18.634
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.927.162	1.742.164
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	45.000	34.002
2.01.02.01	Carteira Própria	45.000	34.002
2.01.04	Relações Interfinanceiras	44.612	2.739
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	44.612	2.739
2.01.05	Relações Interdependências	7.031	2.623
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	6.991	2.539
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	40	84
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	22.083	32.247
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	22.083	32.247
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	92.139	92.993
2.01.07.01	Tesouro Nacional	35.158	36.793
2.01.07.02	BNDES	34.983	34.712
2.01.07.04	Finame	21.998	21.488
2.01.09	Outras Obrigações	3.970.814	4.187.108
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	11.712	543
2.01.09.02	Carteira de Cambio	1.230	204
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	15.116	65.014
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	93.085	43.328
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	3	4
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	3.275.509	3.488.328
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	67.712	67.751
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	373.090	333.727
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	10.802	884
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	42.201	58.871
2.01.09.11	Cheques Administrativos	399	7.582
2.01.09.12	Credores Diversos	31.337	30.433
2.01.09.13	Obrigaçao prestação serv.e pagamentos	11	11
2.01.09.14	Passivos Atuariais	48.607	90.428
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.587.364	2.283.009
2.02.01	Depósitos	315.429	168.186
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	315.429	168.186
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	454.094	428.648
2.02.07.01	Tesouro Nacional	10.534	9.537
2.02.07.02	BNDES	284.497	282.176
2.02.07.04	Finame	159.063	136.935
2.02.09	Outras Obrigações	1.817.841	1.686.175
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	8.708	10.238
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	123.317	94.253

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.09.03	Passivos Atuariais	414.618	373.450
2.02.09.04	Passivos Contingentes	1.271.198	1.208.234
2.05	Patrimônio Líquido	1.676.243	1.624.994
2.05.01	Capital Social Realizado	1.219.669	1.219.669
2.05.01.01	Capital	1.219.669	1.219.669
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	25.707	26.174
2.05.03.01	Ativos Próprios	25.707	26.174
2.05.04	Reservas de Lucro	946.057	899.872
2.05.04.01	Legal	95.713	92.708
2.05.04.02	Estatutária	850.344	807.164
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-517.443	-522.974

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	257.669	523.548	213.164	399.938
3.01.01	Operações de Crédito	82.598	165.852	70.492	132.189
3.01.02	Resultado Operações Tit. Val. Mobiliários	173.091	355.279	141.063	267.823
3.01.03	Resultado de Operações de Câmbio	1.749	1.895	1.683	0
3.01.04	Resultado das Aplicações Compulsórios	231	522	-74	-74
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-161.007	-315.766	-131.216	-259.047
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-64.645	-116.871	-37.652	-69.682
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-85.053	-173.511	-80.412	-147.682
3.02.03	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	0	-897
3.02.04	Provisão Operações de Crédito e Outros	-11.309	-25.384	-13.152	-40.786
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	96.662	207.782	81.948	140.891
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-43.831	-86.618	-22.787	-59.358
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	140.759	297.316	129.960	264.004
3.04.02	Despesas de Pessoal	-111.027	-212.876	-99.116	-204.976
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-63.133	-120.139	-61.617	-119.875
3.04.04	Despesas Tributárias	-18.187	-38.404	-17.232	-33.453
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	121.198	244.989	131.837	237.781
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-113.441	-257.504	-106.619	-202.839
3.05	Resultado Operacional	52.831	121.164	59.161	81.533
3.06	Resultado Não Operacional	1.541	2.221	1.712	2.154
3.06.01	Receitas	1.577	2.305	1.969	2.435
3.06.02	Despesas	-36	-84	-257	-281
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	54.372	123.385	60.873	83.687
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-51.548	-117.961	-51.432	-88.068
3.09	IR Diferido	47.975	54.688	52.856	50.578
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	50.799	60.112	62.297	46.197
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,01713	0,02028	0,02101	0,01558

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	50.799	60.112	62.297	46.197
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.884	5.767	-528.501	-534.047
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.418	8.992	-66.970	-76.603
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	389	779	389	779
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	-7.923	-4.004	26.632	30.329
4.02.04	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-488.552	-488.552
4.03	Resultado Abrangente do Período	62.683	65.879	-466.204	-487.850

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-527.991	124.171
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	84.112	-400.540
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	60.112	46.197
6.01.01.03	Ajustes de Exercício Anteriores	0	-488.551
6.01.01.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.084	-35.939
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	14.917	13.883
6.01.01.06	Provisão Operações de Crédito e Outros Créditos	25.434	40.793
6.01.01.07	Rendas de TVM Disponíveis para venda	-243.623	-171.754
6.01.01.08	Rendas de TVM Mantidos até o vencimento	-18.084	-15.743
6.01.01.09	Despesas com TVM Disponíveis para Venda	669	824
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-722	-317
6.01.01.11	Reversão de Provisões de TVM	0	-605
6.01.01.12	Despesas de Provisões para Passivos Contingentes	109.755	101.140
6.01.01.13	Desp. Provisões para Riscos do FNO	144.042	113.901
6.01.01.14	Reversão de Provisões p/ Oper.Crédito e Out.Créditos	-49	-7
6.01.01.15	Reversão de Outras Provisões Operacionais	-29	-180
6.01.01.16	Reversão de Outras Provisões Operac.-Aplic.Dep. Interf	0	-4.182
6.01.01.17	Dividendos Provisionados	-14.394	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-612.103	524.711
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em TVM para negociação	-30.763	73.450
6.01.02.02	Redução em Outros Valores e Bens	397	46
6.01.02.03	(Aumento) em Aplic. Interf. Liquid.	-463.688	-257.069
6.01.02.04	Aumento em Rel. Interf. e Interd.	32.986	47.590
6.01.02.05	(Aumento) em Operações de Crédito	-268.070	-38.237
6.01.02.06	Aumento em Outros Créditos	-48.593	-168.660
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	478.597	358.267
6.01.02.08	Aumento/(redução)/Aumento em Obrig. Empr. Repasses	14.430	-89.764
6.01.02.09	Aumento/(redução) em Captações Mercado Aberto	10.998	-23.494
6.01.02.10	(Redução)/aumento)em Outras Obrigações	-338.397	622.582
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	464.787	22.830
6.02.01	Redução em Títulos Disponíveis p/ Venda	441.940	18.268
6.02.02	Inversões em Imobilizados de Uso	-2.420	-684
6.02.03	Alienação do Imobilizado de Uso	7	95
6.02.04	Aplicação do Intangível	-125	-8.211
6.02.06	Baixa do Intangível	1.031	0
6.02.07	Redução em TVM Mantidos até o vencimento	24.354	13.139
6.02.09	Alienação de Bens não de Uso	0	223
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-63.204	147.001
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.021.551	936.376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	958.347	1.083.377

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	60.112	0	60.112
5.05	Destinações	0	0	0	46.185	-60.579	0	-14.394
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-14.394	0	-14.394
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	46.185	-46.185	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	5.531	5.531
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-553	-553
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	6.084	6.084
5.12	Outros	0	0	-467	0	467	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-779	0	779	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	312	0	-312	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	25.707	946.057	0	-517.443	1.676.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	29.759	765.780	-743	-33.754	1.982.964
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-487.809	0	-487.809
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	29.759	765.780	-488.552	-33.754	1.495.155
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	46.197	0	46.197
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	495	495
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-10.022	-10.022
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	10.517	10.517
5.12	Outros	0	0	-468	0	468	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-779	0	779	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	311	0	-311	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	29.291	765.780	-441.887	-33.259	1.541.847

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	1.042.689	863.091
7.01.01	Intermediação Financeira	523.548	399.938
7.01.02	Prestação de Serviços	297.316	264.004
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-25.384	-40.786
7.01.04	Outras	247.209	239.935
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-290.382	-218.261
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-357.303	-303.568
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-18.349	-19.101
7.03.02	Serviços de Terceiros	-81.450	-81.628
7.03.04	Outros	-257.504	-202.839
7.04	Valor Adicionado Bruto	395.004	341.262
7.05	Retenções	-14.917	-13.883
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.917	-13.883
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	380.087	327.379
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	380.087	327.379
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	380.087	327.379
7.09.01	Pessoal	175.904	171.112
7.09.01.01	Remuneração Direta	133.974	136.687
7.09.01.02	Benefícios	31.464	25.197
7.09.01.03	F.G.T.S.	10.466	9.228
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	138.649	104.808
7.09.02.01	Federais	134.374	101.410
7.09.02.02	Estaduais	11	9
7.09.02.03	Municipais	4.264	3.389
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.422	5.262
7.09.03.01	Aluguéis	5.422	5.262
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	60.112	46.197
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.112	46.197

Relatório da Administração
1º semestre de 2014**Apresentação**

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia, elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais, os quais resumem o desempenho de suas atividades no 1º semestre de 2014. O relatório deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas, notas explicativas e pareceres.

Mensagem aos acionistas**“Somos Amazônia. Somos Brasil”**

O Banco da Amazônia chega aos 72 anos de existência como a principal instituição financeira voltada para promover o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, atuando como agente do Governo Federal para a consecução das políticas públicas com oferta de produtos e serviços financeiros direcionados ao atendimento das necessidades de seus clientes, parceiros e sociedade como um todo, sem descuidar-se da rentabilidade esperada pelos acionistas.

Banco da Amazônia – 72 anos movimentando a Região

Com foco na promoção do desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, o Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, atua em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais por meio de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Com 72 anos de história, o Banco da Amazônia apoia, prioritariamente, as atividades produtivas de menor porte, sobretudo aquelas desenvolvidas pelo segmento da agricultura de base familiar, além de valorizar o associativismo e cooperativismo de produção, as populações tradicionais da Região (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos), bem como os agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

O Banco da Amazônia, como um dos signatários do extinto Protocolo Verde e do atual Protocolo dos Bancos pela Responsabilidade Socioambiental, vem aperfeiçoando, de forma contínua, seus produtos e serviços bancários, revestindo-os de elementos que fomentam a sustentabilidade, além de realizar outras ações que contribuem para o desenvolvimento da Amazônia, como o apoio à ciência, tecnologia e inovação, o patrocínio de projetos culturais, esportivos, sociais, entre outros.

Por intermédio de sua política de crédito, o Banco, na condição de gestor dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), atende a todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte.

Panorama Econômico

A economia brasileira apresentou, no primeiro semestre de 2014, ritmo de atividade menos intenso, em comparação com 2013. O PIB cresceu 0,2% no primeiro trimestre (em relação ao trimestre anterior), representando expansão anualizada de apenas 0,8%.

A inflexão no ritmo do crescimento da atividade econômica foi provocada, em grande parte, pela incerteza dos agentes econômicos quanto à condução da área

Comentário do Desempenho



macroeconômica no que se refere ao regime de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

A Amazônia Legal teve comportamento econômico similar ao nacional. No entanto, a taxa de inflação, medida somente em Belém, foi menor e atingiu 2,97% no semestre e 5,43% no agregado em doze meses. Os maiores aumentos aconteceram no grupo habitação, despesas pessoais e artigos de residência. Houve deflação de preços no grupo comunicação.

A Balança Comercial foi superavitária no primeiro semestre, com crescimento nas exportações e queda nas importações. Os estados do Pará e Mato Grosso foram os grandes exportadores da Região com significativa contribuição para o saldo da balança comercial do País, mesmo com a desaceleração da economia chinesa que diminuiu a demanda e o preço do minério de ferro, refletindo nas exportações do Pará.

As operações de crédito, tanto para as pessoas físicas, quanto para as jurídicas, aumentaram no primeiro quadrimestre em todos os estados da Amazônia Legal, e as taxas de inadimplência, com exceção do Pará, diminuíram.

No contexto de crescimento do crédito, o Banco teve participação importante expandindo a oferta de recursos financeiros, com reflexo na elevação de sua carteira de fomento (5,2%), tendo como principal *funding* o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Ações

Revisão do Planejamento Estratégico

O Banco da Amazônia iniciou neste semestre a revisão de seu Planejamento Estratégico. Essa iniciativa envolveu todos os colaboradores da Instituição, ocasião em que foram trabalhados os novos desafios e resultados a serem alcançados no período 2015-2019.

Reorganização na Direção Geral (DG)

No primeiro semestre de 2014 o Banco deu início a uma ampla reestruturação organizacional em sua Direção Geral, visando fortalecimento e melhoria de processos. Na primeira etapa do trabalho, foi realizado diagnóstico situacional, mapeadas as principais práticas de mercado por meio de *benchmarking*, e desenhada a nova estrutura organizacional. O projeto buscou sempre atender para questões como: segregação de funções, governança corporativa, controles internos, eficiência operacional, atividades mandatórias (legais), custos envolvidos e ganhos de produtividade.

Aprovada pelo Conselho de Administração, a reestruturação entra agora na fase de implantação. O objetivo é concluir essa etapa até o final de setembro, sem prejuízo do alcance das metas de resultado estabelecidas para o segundo semestre.

Políticas de Pessoal

O Banco concluiu no primeiro semestre o processo licitatório para contratação de consultoria externa, a fim de revisar o modelo de gestão de recursos humanos. A empresa vencedora do certame deverá, ao longo dos próximos 33 meses, realizar diagnóstico dos principais subsistemas de RH, propor novo modelo e participar da implantação de todo o projeto. O trabalho será realizado em conjunto com a área de recursos humanos e terá a participação de todos os empregados.

Comentário do Desempenho

Espera-se que, ao final do trabalho, o Banco da Amazônia possa contar com uma área de recursos humanos moderna, com atuação focada no estratégico, e benefícios claros para a gestão de seus talentos. O produto final deverá ser um modelo de gestão de pessoas que propicie alto desempenho dos empregados, em termos de capacitação técnica, motivação, satisfação e crescimento profissional.

Melhorias de infraestrutura e de ambiência

Seguindo sua estratégia de aprimorar continuamente o espaço físico das suas unidades operacionais, com vistas à melhoria do atendimento ao público interno e externo, o Banco investiu na revitalização de diversas agências e instalou na Matriz espaço exclusivo para alimentação, repouso e lazer de seus colaboradores. Garantir a satisfação do cliente e qualidade de vida dos empregados foram os motivadores para a execução desses projetos.

Sustentabilidade e responsabilidade social

O Banco da Amazônia prioriza e apoia iniciativas que têm como alicerce o princípio do empreendedorismo consciente, por entender que é a melhor opção para garantir os melhores negócios, o bem-estar da população atual e futura.

A concretização desse paradigma de desenvolvimento só será possível com práticas cotidianas de responsabilidade social empresarial, o que leva o Banco a pautar suas ações, considerando não apenas os interesses dos acionistas, mas também os das pessoas que formam a empresa, dos setores governamentais e não governamentais, da comunidade onde atua, do meio ambiente e da sociedade como um todo.

Sustentabilidade cria valor às empresas

Vivemos tempos de rápidas mudanças culturais, econômicas, tecnológicas, políticas e sociais, com efeitos que desencadeiam reações, fazendo com que a construção de novos paradigmas seja necessária, permitindo assim enfrentar um futuro, ao mesmo tempo, repleto de grandes desafios e promessas.

Para seguir adiante, devem-se somar forças para construir uma sociedade sustentável, baseada no respeito à natureza, aos direitos humanos, à justiça econômica e à cultura da paz. Esses princípios constituem uma cadeia de valores às empresas que são observados no mercado. O valor da sustentabilidade criado nas empresas é uma tendência sem volta na sociedade.

O Banco da Amazônia assume essa responsabilidade com o desenvolvimento da Região e a preservação do meio ambiente, consciente de que está contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

As boas práticas de sustentabilidade realizadas pela Instituição são estimuladas pelos diferentes programas internos que fazem parte de sua Agenda Ambiental:

- Programa AMAZÔNIA OTIMIZA – objetiva expandir as ações de racionalização do consumo de recursos naturais e energia;
- Programa AMAZÔNIA RECICLA – visa implementar ações de reciclagem e coleta seletiva;

Comentário do Desempenho

- Programa FORNECEDOR VERDE – busca introduzir e ampliar critérios socioambientais nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação de serviços;
- Programa GINCANA PELA SUSTENTABILIDADE - tem por objetivo a mobilização dos empregados e parceiros do Banco da Amazônia para a atuação em práticas socioambientais; e
- Programa VIVA VIDA – objetiva realizar ações de promoção, proteção e reparação da saúde do trabalhador e de segurança no trabalho.

Resolução CMN nº 4.327/2014

O Edital de Audiência Pública nº 41/2012 do Banco Central do Brasil transformou-se na Resolução CMN nº 4.327/2014, incorporando no cotidiano das instituições financeiras diretrizes para política de responsabilidade socioambiental, gerenciamento de risco socioambiental, elaboração de plano de ação e definição de prazo para implementação. A origem dessa medida vem do Protocolo dos Bancos pela Responsabilidade Socioambiental (substituiu o Ex-Protocolo Verde), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), do qual o Banco da Amazônia teve participação ativa. Inicialmente, pode ser considerada como uma política socioambiental ainda em transição, passando da posição de comando e controle para a promoção do desenvolvimento com sustentabilidade. Assim, a dimensão socioambiental deve ser compreendida como vetor do crescimento alinhado aos parâmetros transparentes de sustentabilidade e não como fator de restrição ao desenvolvimento.

Embora o Banco da Amazônia já venha atuando pautado em sua Política Corporativa pela Sustentabilidade e Política Socioambiental no Crédito, alicerçada nas diretrizes de indução, salvaguardas e exclusão, constituiu grupo de trabalho com a atribuição de revisar tais políticas e adequá-las às orientações da Resolução CMN 4.327/2014, como também às demais exigências a fim de cumprir o prazo estabelecido.

Programa supera mais: Mais clientes, mais negócios, mais resultados

Com vistas a potencializar sua atuação na Amazônia Legal e melhorar ainda mais seus resultados, o Banco instituiu o Programa Supera Mais. Trata-se de plano de ação visando atingir as metas operacionais e envolve três subprogramas: Mais Clientes, Mais Negócios e Mais resultados.

Mais Clientes – Busca potencializar a atuação nos diversos segmentos, visando um relacionamento mais estreito entre o Banco e seus clientes.

Mais Negócios – Busca garantir que sejam superadas as metas traçadas nos indicadores de crédito comercial, crédito de fomento e captação de recursos.

Mais resultados – Busca otimizar os resultados do Banco, com a elevação do resultado gerencial, recuperação de crédito, receitas de prestação de serviços e índice de cobertura de provisão.

Desempenho Operacional

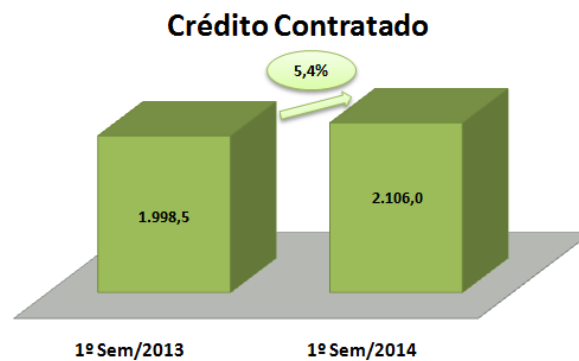
Crédito de Fomento

O Banco da Amazônia tem como principal premissa de atuação promover o desenvolvimento regional por meio da utilização dos recursos da carteira de fomento, tendo como principal fonte o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Os financiamentos concedidos com utilização das fontes de fomento têm contribuído, decisivamente, para a redução do êxodo rural, a criação de novas oportunidades de trabalho, a mitigação da pobreza, a inclusão social, o fortalecimento da economia de base familiar, o crescimento das micro e pequenas empresas, o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a elevação da arrecadação tributária estadual, a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais, entre outros benefícios.

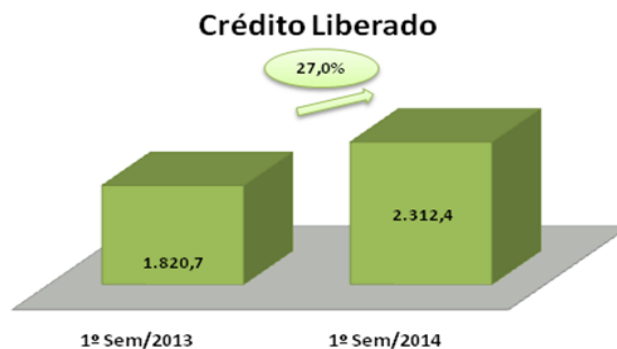
Contratações

No 1º semestre de 2014, o Banco da Amazônia contratou, utilizando as diversas fontes de recursos sob sua gestão, o total de R\$2.106,0 milhões, contemplando empreendimentos de diferentes portes, segmentos e setores.



Liberações

As liberações de crédito no 1º semestre de 2014 foram de R\$2.312,4 milhões. Este resultado representa crescimento de 27,0% quando comparado com o mesmo período de 2013.



Programas de crédito de fomento

Comentário do Desempenho**Cultura Regional**

Voltado para a valorização e desenvolvimento das atividades culturais da Amazônia e alinhado com a agenda social do Governo Federal, o Banco investiu no 1º semestre de 2014, recursos da ordem de R\$24,0 milhões em projetos voltados para valorização da cultura regional, representando um crescimento de 100,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principal fonte o FNO.

Turismo Sustentável

Estabelecida como atividade prioritária pelo Banco e em consonância com o Plano Nacional de Turismo e as políticas estaduais voltadas para essa atividade na Amazônia, o turismo sustentável foi contemplado com volume de aplicação de R\$83,9 milhões no 1º semestre de 2014.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam, sobretudo, setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

De 2007 até junho de 2014, foram contratados pelo Banco da Amazônia 41 projetos de infraestrutura no âmbito do PAC, no total de R\$7.004,3 milhões, com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Micro e Pequenas Empresas (MPE)

Este segmento é visto pelo Banco como um importante agente para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica. Utilizando como *funding* o FNO, BNDES e FAT as mais diversas atividades empresariais são atendidas, compreendendo desde o financiamento das necessidades de capital de giro, aquisição de maquinários, efetivação de reformas até a aquisição de imóveis para a localização ou realocação da empresa.

As operações com micro e pequenas empresas cresceram 47,4%, no 1º semestre de 2014 comparativamente ao mesmo período do exercício anterior, atingindo o montante de R\$403,1 milhões.

Microcrédito produtivo orientado – Amazônia Florescer

Nas áreas urbana e rural, o Banco atua como braço do Governo Federal com vistas à operacionalização do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), vinculado ao Programa Crescer, onde exerce, por intermédio das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o recrutamento, treinamento e administração dos assessores de negócios, profissionais responsáveis pelo diálogo estreito com os empreendedores populares e agricultores familiares no local onde desenvolvem suas atividades.

O Banco encerrou o 1º semestre de 2014 com dez unidades de microfinanças urbanas, proporcionando oportunidades de ascensão econômica a 19.991 pequenos empreendedores. Um crescimento de 22,0% em relação ao primeiro semestre de 2013.

Comentário do Desempenho**Agricultura familiar****“Mãos que dão frutos”**

O ano de 2014 é especial para Agricultura Familiar. Nele estão sendo desenvolvidas várias ações em comemoração ao ano internacional desse segmento. Este reconhecimento é fruto da iniciativa de movimentos sociais do campo, que iniciaram campanha em 2008 para que as Nações Unidas adotassem a proposta de um Ano Internacional da Agricultura Familiar.

O Banco é parceiro nas celebrações do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) por acreditar e reconhecer a importância e o papel que a Agricultura Familiar exerce no mundo em especial para a Amazônia e seus cidadãos.

Com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) estão sendo apoiados pelo Banco, de forma significativa, os projetos que atendem aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social, cultural e política, contribuindo, assim, para o desenvolvimento desse setor no cenário regional.

Em reconhecimento ao importante papel da Agricultura Familiar, o Banco desenvolve várias ações, com destaque para:

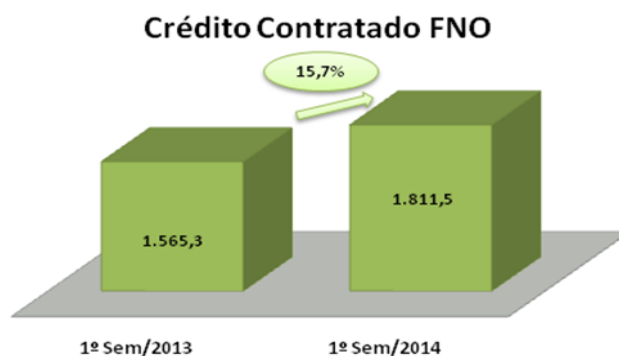
- Criação de *logo* específica de forma a diferenciar esse segmento no ambiente interno e externo promovendo a ligação direta entre as ações dirigidas a esse setor e o Banco da Amazônia;
- Criação de um espaço específico no *site* do Banco denominado "Agricultura Familiar";
- Criação de vídeo institucional divulgando a Agricultura Familiar e o trabalho desempenhado pelo Banco no segmento;
- Realização de evento alusivo ao Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) em toda a rede do Banco com a participação de parceiros, autoridades e agricultores familiares;
- Capacitação de seus técnicos e dos órgãos oficiais de Assistência Técnica nos estados da Amazônia Legal por intermédio do Curso de Elaboração e Análise de Projetos de Crédito Rural do PRONAF, socializando o conhecimento acerca da regularização fundiária e ambiental, custos, sistemas de produção, índices técnicos, logística, etc., estabelecendo metas e firmando parcerias, com vistas a aumentar o número de famílias atendidas. Findo o 1º semestre, já foram capacitados 168 técnicos, sendo 122 empregados do Banco e 46 de empresas de assistência técnica;
- Assinatura dos termos de compromisso pelas superintendências, governos estaduais e empresas de assistência técnica com o propósito de ampliar o número de agricultores familiares atendidos pelo PRONAF, de forma segura e responsável;
- Alinhamento ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel com apoio a produção da palma de dendê por intermédio da Linha PRONAF ECO.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

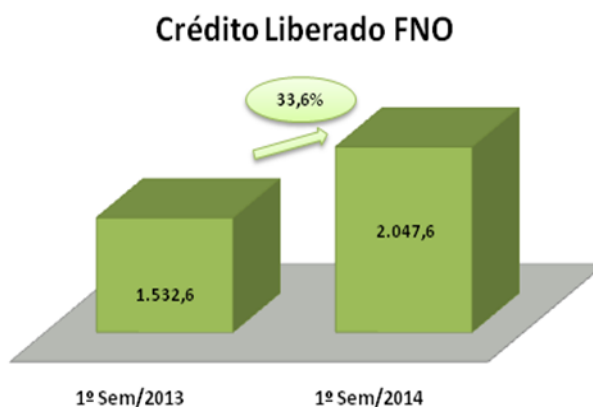
Comentário do Desempenho

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), criado pela Constituição Federal de 1988 – art.159, regulamentado pela Lei n.º 7.827/1989 e alterações posteriores, é a principal e mais importante fonte de recurso para o desenvolvimento regional.

Como agente financeiro do FNO, o Banco da Amazônia injetou na economia da região, no 1º semestre de 2014, por meio das diversas linhas de crédito disponíveis, o montante de R\$1.811,5 milhões, ultrapassando em 15,7% o total aplicado no mesmo período de 2013 (R\$1.565,3 milhões).



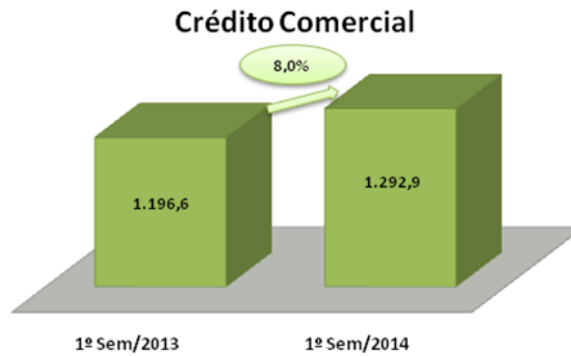
A liberação de recursos do FNO somou R\$2.047,6 milhões, com crescimento de 33,6%, quando comparado com igual período de 2013.

**Crédito Comercial**

A carteira comercial, incluindo câmbio, ao final do 1º semestre de 2014, atingiu o saldo de R\$1.292,9 milhões (R\$1.196,6 milhões 1º semestre de 2013), apresentando crescimento de 8,0% em relação a igual período de 2013.

No período, foi criada linha na carteira comercial para atender médios e grandes clientes com produtos específicos.

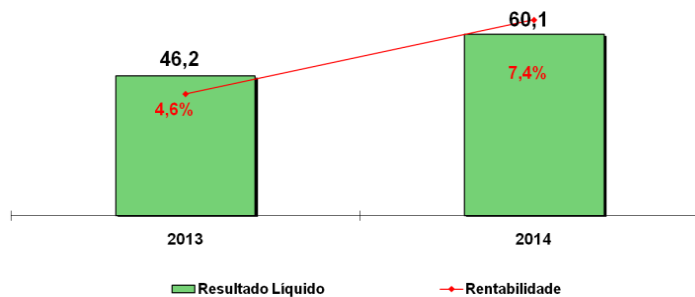
Comentário do Desempenho



Desempenho econômico-financeiro

Resultado Líquido

O Banco da Amazônia apresentou lucro líquido de R\$60,1 milhões no 1º semestre de 2014, com incremento de 30,1% em relação ao primeiro semestre de 2013 (R\$46,2 milhões). A rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido foi de 7,4% contra 4,6% em igual período do exercício anterior.



Resultado Operacional

As ações voltadas ao estabelecimento de metas para todas as unidades têm se refletido na melhoria do desempenho operacional. No 1º semestre de 2014, o Banco obteve resultado operacional de R\$121,2 milhões, representando crescimento de 48,7% em relação a igual período de 2013 (R\$81,5 milhões).



Comentário do Desempenho**Receitas:**

As rendas operacionais apresentaram crescimento de 17,7%, em relação ao 1º semestre de 2013, com destaque para aquelas oriundas das operações de crédito, cuja elevação foi da ordem de 25,5%.

Outra contribuição de destaque veio da carteira de títulos e valores mobiliários que, em decorrência de sua relevância no ativo do Banco e do desempenho da taxa SELIC, indicador financeiro da maior parte dos títulos da carteira, proporcionou resultado de R\$ 355,3 milhões, com crescimento de 32,7%, em relação ao 1º. Semestre de 2013.

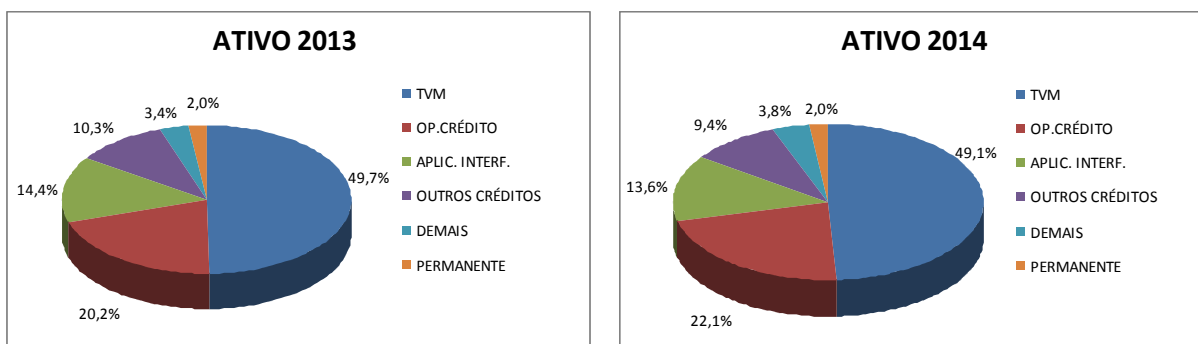
As receitas de prestação de serviço, incluindo tarifas bancárias, também tiveram participação significativa no aumento das receitas operacionais devido, em grande parte, a ações internas adotadas para alavancagem das rendas deste segmento de negócio.

Despesas:

As despesas operacionais apresentaram crescimento, porém em menor proporção que as receitas, em face, principalmente, de medidas de contingenciamento e racionalização de despesas administrativas.

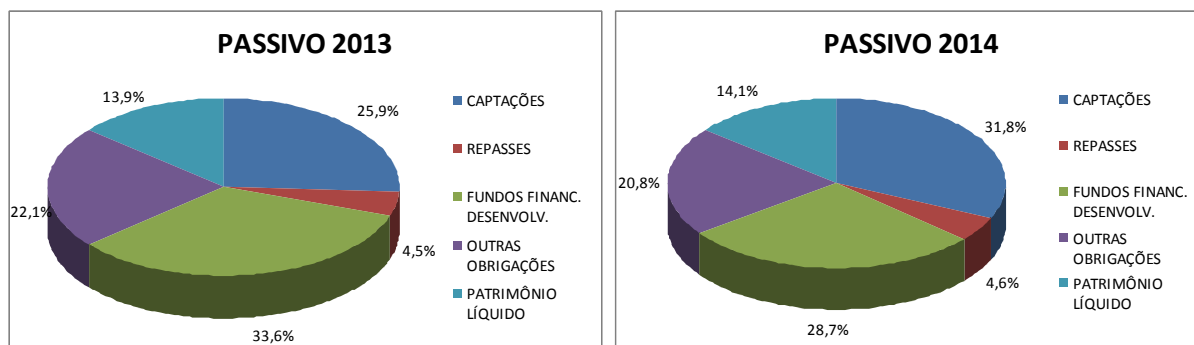
Ativo

O Banco da Amazônia encerrou o 1º semestre de 2014 com ativos totais de R\$11.847,0 milhões, com crescimento de 6,6% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$11.109,6 milhões), tendo a carteira de títulos e valores mobiliários representado 49,1%, seguida pelas operações de crédito com 22,1% e os demais ativos com 28,8%.

**Passivo**

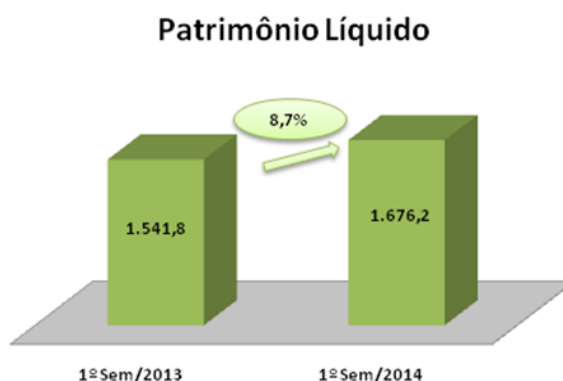
O Passivo do Banco está composto, na sua maioria, por captação de recursos, obrigações por repasses, obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento e patrimônio líquido.

Comentário do Desempenho



Patrimônio Líquido (PL)

O Patrimônio Líquido do Banco encerrou o 1º semestre de 2014 com o montante de R\$1.676,2 milhões (R\$1.541,8 milhões no 1º semestre de 2013), apresentando crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Limites Operacionais – Índice de Basileia

O índice de Basileia (IB), na forma da Resolução CMN nº 4.192/2013, ao final do 1º semestre de 2014, atingiu 12,7% (11,6% no 1º semestre de 2013).

Gestão de pessoas

Composição do quadro

O Banco da Amazônia encerrou o 1º semestre de 2014 com um quadro de 3.748 colaboradores (3.736 no 1º semestre de 2013), sendo 3.180 empregados e 568 estagiários.

Programa de treinamento e capacitação

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) visa suprir as necessidades de desenvolvimento e formação profissional permanentes de seus empregados, atendendo objetivos estratégicos de crescimento, agregando conhecimentos para a formação de competências institucionais e elevando o nível de eficiência e competitividade da organização, com vistas à formação de massa crítica e aumento do capital intelectual do Banco.

No período, foram alocados recursos no montante de R\$3,2 milhões com a realização de 464 eventos, compreendidos nos programas de desenvolvimento de pessoas (PDP);

Comentário do Desempenho

educacionais, educação continuada/formação superior (PEC/PFS); pós-graduação (PDG); língua estrangeira (PLE) e educação à distância (EAD), bem como treinamentos por meio de participações em seminários e fóruns.

Concurso Público

Em 12 de março de 2014, o Banco da Amazônia publicou o Edital de novo Concurso Público, para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva para provimento do cargo de Técnico Científico, nas áreas de Medicina do Trabalho e de Tecnologia da Informação com ênfase em Análise de Sistemas, Banco de Dados e Suporte à Infraestrutura de TI.

Rede de atendimento

Visando atingir os objetivos propostos em sua estratégia de atuação e potencializar os negócios na Amazônia, o Banco disponibiliza a seguinte estrutura física de atendimento, distribuída em onze unidades da Federação, abrangendo toda a Amazônia Legal.

A Instituição conta com 160 pontos de atendimento distribuídos em 123 agências, 3 postos de atendimento avançados (PAA), 4 postos de atendimento bancário (PAB) e 30 postos de atendimento eletrônicos (PAE).

Tecnologia da informação (TI)

No âmbito das ações estratégicas do Banco da Amazônia, destacam-se a elaboração, aprovação e publicação do Plano Diretor de TI (PDTI) para o biênio 2014-2015. Este plano direciona todas as ações da área para o fortalecimento e crescimento dos negócios.

Algumas das ações planejadas estão em execução e já passaram a gerar resultados positivos, como a elevação da eficiência, estabilização do ambiente computacional e elevação dos níveis de disponibilidade, proporcionando diminuição dos incidentes de TI, melhoria de desempenho nos processamentos noturnos e redução nos custos operacionais. Mesmo com a saída da empresa especializada, as ações empreendidas já permitem ao Banco projetar perspectivas positivas em relação à entrega de grande parte dos projetos priorizados no PDTI até o final de 2015.

Com o objetivo de atuar mais fortemente nos segmentos comerciais, aumentando o nível de competitividade no mercado, o Banco vem investindo em projetos de infraestrutura tecnológica e novos sistemas de suporte aos negócios, sendo que no 1º semestre destacam-se as seguintes ações:

1. Cobrança Web – Novo sistema desenvolvido e em produção;
2. Renovação do parque de computadores – do total de 2018 unidades previstas, já foram distribuídas 486;
3. Produtos em processo de homologação:
 - Empréstimos nos Canais Remotos;
 - *Mobile Bank*; e
 - Domicílio Bancário para integração com meios de pagamentos eletrônicos.

Governança Corporativa

Comentário do Desempenho



O Banco da Amazônia adota as boas práticas de governança corporativa, por meio de uma gestão estratégica eficiente, com transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade perante seus acionistas, investidores, público externo/interno e mercado.

As decisões nos diversos níveis são tomadas de forma colegiada, com a participação dos executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco.

Nesse sentido, utiliza comitês e grupos de trabalho de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Auditoria Interna

O Banco da Amazônia S/A, na forma da legislação vigente, possui unidade de auditoria interna vinculada ao Conselho de Administração. Tal unidade é responsável por fornecer ao órgão de governança e ao Conselho de Administração, avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização, de modo a agregar valor à gestão.

Os trabalhos são geridos de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, o qual prevê ações de desenvolvimento institucional e capacitação dos auditores, fortalecimento da unidade e ações que contemplam auditorias obrigatórias, de interesse da organização e de apuração de irregularidades.

No desempenho de suas atribuições, a Auditoria Interna apresenta informações, sugestões e recomendações, consubstanciadas nos fatos constatados e relatados. Os trabalhos são conduzidos por equipes multidisciplinares de auditores que realizam desde programação até o acompanhamento das correções e confrontam uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou normativo.

A Auditoria Interna busca auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Auditoria Independente

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no 1º semestre de 2014, a KPMG não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

Comitê de Auditoria

Como unidade de apoio ao Conselho de Administração, com atribuições e encargos estabelecidos na legislação vigente e no Estatuto Social, o Banco conta em sua estrutura com um Comitê de Auditoria (COMAUD).

Circular BACEN nº 3.068/2001

Comentário do Desempenho

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na forma da Circular do Banco Central nº 3.068/2001, no montante de R\$341,8 milhões, os quais representam 5,9% do total da carteira de títulos.

Ouvidoria

A ouvidoria atua de forma independente e imparcial na solução de conflitos registrados nos diversos canais disponíveis. Neste semestre, aprimorou seus processos internos, dando celeridade às respostas das demandas recebidas e iniciou o desenvolvimento de um novo sistema, que irá proporcionar maior rapidez no atendimento, trâmites de demandas, bem como, na geração de relatórios.

Controles Internos

O Banco adota um conjunto de políticas e procedimentos alinhados aos objetivos organizacionais, eficiência e eficácia dos negócios, e controle dos riscos decorrentes de suas atividades, embasado nas metodologias COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*), e inclui as etapas de identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte à alta administração.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD)

O processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro está estruturado de acordo com o que dispõe a Lei nº 9.613/1998, e suas alterações. A política corporativa normatiza as diretrizes e procedimentos para a detecção, análise, monitoração e comunicação. O Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (CPLD) atua na proposição de medidas para fortalecimento da cultura de prevenção, avaliação de casos de indícios de crimes de lavagem de dinheiro.

O Banco estabeleceu política obrigatória de treinamento para os empregados, tendo terminado o semestre com 2.949 certificações no curso *online* de “Prevenção à Lavagem de Dinheiro”.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos permeia todas as atividades da Organização, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os riscos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, a fim de não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

Risco operacional

A política corporativa de gestão de risco operacional está pautada nas boas práticas recomendadas pelo Comitê de Basileia e Banco Central do Brasil. O modelo adotado possui as vertentes qualitativa e quantitativa, voltadas para o fortalecimento do ambiente de controles internos e do monitoramento e captura dos eventos de perdas.

O Banco adota a metodologia da abordagem padronizada alternativa simplificada (ASA 2), para alocação de capital regulatório, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.383/2008.

Risco de crédito

Comentário do Desempenho

O Banco dispõe de estrutura de gerenciamento de risco de crédito, contemplando política, diretrizes e procedimentos, apoiada em modelos de avaliação dos riscos, cujo objetivo é manter a exposição em níveis compatíveis com o porte e natureza dos negócios da organização.

O Banco da Amazônia investe no aperfeiçoamento dos processos, controle e gestão de risco de crédito, com base nas boas práticas da indústria bancária, visando ganho de eficiência e eficácia, desempenho e atendimento às exigências dos órgãos reguladores.

A gestão do risco de crédito está estruturada de modo a considerar fatores internos (análise da evolução e qualidade da carteira, níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos de crédito e alocação adequada do capital econômico); e fatores externos (ambiente macroeconômico e setores econômicos), taxas de juros e indicadores de inadimplência.

Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado é regida pela Política de Risco de Mercado, onde se estabelecem limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, com os procedimentos de monitoramento e reporte. No primeiro semestre de 2014, o Banco manteve o histórico perfil conservador em termos de exposição ao risco de mercado.

Risco de Liquidez

A Política de Risco de Liquidez define os limites para os índices de disponibilidade, monitoramento e aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa, com procedimentos diários de monitoramento e comunicação. Neste semestre, foi mantido o histórico de folga de recursos atrelados a títulos públicos e privados de altíssima e alta liquidez.

Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf)

Com a implantação, a partir de 01.01.2013, do Plano Saldado de Benefício Definido e do Plano Misto de Benefício Saldado, foram assinados quatro contratos de compromisso financeiro entre o Banco e a Capaf, propiciando a solução parcial do déficit apresentado pelos planos previdenciários administrados pela Capaf, uma vez que assegurou aos 52% dos participantes que fizeram a opção pelos planos saldados as suas reservas matemáticas.

Os planos saldados são atualizados mensalmente tomando por base a variação do INPC IBGE e a taxa real de juros, conforme definido na IN Previc nº 09/2012. Em atendimento ao que se encontra estabelecido contratualmente, foi procedida, no 1º semestre de 2014, pelo atuário da Capaf, a reavaliação atuarial da obrigação assumida, não havendo necessidade de ajuste para mais ou para menos nos valores atualizados constantes dos referidos contratos. Tal reavaliação foi ratificada pela Administração do Banco.

Quanto ao Plano de Benefício Definido (PBD) e o Plano Misto de Benefício (PMB) que a princípio tiveram decretada a liquidação pela Previc e que posteriormente foi suspensa por decisão judicial, o Banco vem mantendo o ajuste de 50% do déficit de cada um cujo cálculo é realizado de acordo com as regras da Del. CVM nº 695/2012, assim como permanece com os repasses para complementação dos benefícios mensais do plano BD, em cumprimento a decisão judicial.

Comentário do Desempenho

Em 25 de abril de 2014, a Advocacia Geral da União ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000 contra o SEEB/MA, visando rescindir decisão da 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf. Em maio de 2014, o relator da Rescisória concedeu medida liminar determinando a suspensão do cumprimento da sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida. O Banco foi intimado a compor a lide. O SEEB/MA contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar. Processo aguardando a fase de instrução para posterior julgamento.

Apoio à Pesquisa, Participações, Promoções e Patrocínios

Apoio à Pesquisa

O Programa de Pesquisa do Banco da Amazônia apoia financeiramente as instituições e universidades da Região para a elaboração de projetos de pesquisa aplicada, relacionados com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Ao todo já foram aprovados 369 projetos de pesquisa, com investimento da ordem de R\$26 milhões, merecendo destaque, neste primeiro semestre de 2014, os seguintes trabalhos:

- Ampliação de experimentos dos produtos desenvolvidos a partir de frutos de açaí, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA);
- Educação Integral para o Empreendedorismo Consciente em Assentamentos da Reforma Agrária no Estado do Pará, em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA);
- Promovendo a Sociobiodiversidade: Restauração Ambiental com Geração de Renda em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia Oriental, também em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Participações e Patrocínios

A instituição incentiva e investe, por intermédio de seleção e com uso de edital público, projetos na área cultural, esportiva, social, ambiental e participa de feiras, exposições e congressos, contribuindo significativamente para a integração regional, preservação dos recursos naturais, valorização do ser humano, respeito à diversidade, geração de novos negócios e, sobretudo, para a construção do conhecimento na Amazônia, alinhando-se à política do Governo Federal que tem como alicerce o Plano Brasil Sem Miséria.

No primeiro semestre de 2014, o Banco investiu recursos da ordem de R\$1,0 milhão, em todos os segmentos patrocinados, merecendo destaque as seguintes iniciativas:

- Prêmios Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente;
- Parque de ciência e tecnologia Guamá (PCT-Guamá);
- Parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Revista inclusão social;
- Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP);
- Banco como Investidor-Signatário do Carbon Disclosure Project (CDP);

Comentário do Desempenho

- 5ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente – Circuito Tela Verde;
- Projeto Corporativo Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA);
- Preservar e Conservar;
- Parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae);
- Filme Amazônia Planeta Verde;
- Histórias Em Contadas e Arte pela Leitura;
- IX Festival Amazonas de Jazz;
- Costurando Liberdade;
- Melhor Alimento;
- Mais Saúde;
- Sementes do Esporte;
- Basquetebol em Cadeira de Rodas;
- Pedalando Pela Amazônia;
- Nadando Pelo Pará, Vencendo Pela Amazônia.

Agradecimentos

O Banco da Amazônia tem envidado esforços no sentido de ter fortalecida sua atuação como principal agente do Governo Federal na Região, mantendo a estratégia de levar o desenvolvimento a 100% dos municípios, com a oferta de produtos e serviços para todos os segmentos.

Consciente da importância das parcerias como estratégia imprescindível de atuação, o Banco busca agir de forma integrada com cooperação e co-responsabilidade com todos os agentes locais da sociedade, razão pela qual agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, lideranças, clientes, formadores de opinião, parceiros e à sociedade amazônica por acreditarem no Banco que realmente movimenta os negócios, a cultura, o esporte e, sobretudo, a vida na Amazônia brasileira.

A Administração

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto Operacional
- Nota 2 - Apresentação das Informações Trimestrais
- Nota 3 - Principais Práticas Contábeis
- Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
- Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
- Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários
- Nota 7 - Carteira de Crédito
- Nota 8 - Outros Créditos
- Nota 9 - Permanente
- Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
- Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
- Nota 12 - Obrigações por Repasses
- Nota 13 - Outras Obrigações
- Nota 14 - Patrimônio Líquido
- Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social
- Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado
- Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
- Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
- Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
- Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Nota 22 - Partes Relacionadas
- Nota 23 - Benefícios a Empregados
- Nota 24 - Remuneração Paga aos Empregados
- Nota 25 - Processo de Gerenciamento de Riscos
- Nota 26 - Análise de Sensibilidade
- Nota 27 - Demonstração do Resultado Abrangente
- Nota 28 - Outras Informações

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco), é uma instituição financeira, organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº19), administra o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/2007 e pela Lei nº11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *Internacional Financial Reporting Standard* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas Informações Trimestrais do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).

As Informações Trimestrais – ITR foram aprovadas pela Administração em 08 de agosto de 2014.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As Informações Trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações. Os ativos não monetários permanecem registrados ao custo histórico.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (nota nº 4).

d) Ativo e Passivo (Circulante e Longo Prazo)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata dia*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares Bacen nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para Negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos Disponíveis para Venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o Banco da Amazônia S.A. não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre contrato de Câmbio e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e verificáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas Antecipadas

As Despesas Antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição; os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.d).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados, gastos diferidos e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.

k) Avaliação do Valor Recuperável

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

USO.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

m) Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliadas trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM n° 695/2012 (nota n° 23).

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota n° 15):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e n.º 4192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os repasses a maior efetuados à Capaf e as ações judiciais que foram honradas pelo Banco porém de responsabilidade daquela Caixa de Previdência que totalizam R\$155.544 (R\$151.166 em 2013). Atualmente, esses ativos se encontram totalmente provisionados.

- Passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisão, a qual é calculada tendo como critério o valor estimado da perda média apurada nas condenações nos últimos 05 anos por grupos/objetos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação, atendendo assim, ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais.

Os depósitos judiciais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as informações trimestrais encerradas em 30 de junho de 2014.

r) Uso de Estimativas

A elaboração de informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.007 de 25 de agosto de 2011, que trata do Pronunciamento Técnico CPC 23. Esse CPC tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30.06.2014	31.12.2013
Disponibilidades	48.349	56.554
Disponibilidade em moeda nacional	38.987	49.178
Disponibilidade em moeda estrangeira	9.362	7.376

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	909.998	964.997
Aplicações no mercado aberto	909.998	964.997
TOTAL	958.347	1.021.551

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30.06.2014	31.12.2013
Aplicações no mercado aberto	909.998	964.997
Posição Bancada	909.998	964.997
Letras Financeiras do Tesouro	-	49.999
Letras do Tesouro Nacional	410.000	864.999
Notas do Tesouro Nacional	499.998	49.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	705.565	241.878
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	741.832	278.145
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(36.267)
TOTAL	1.615.563	1.206.875

A composição do saldo das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez se apresenta no Ativo Circulante. A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$36.267 (R\$36.267 em 31.12.2013), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no semestre R\$65.088 (R\$52.949 no 1º sem/2013), estão registradas como rendas de TVM.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2014	31.12.2013
Carteira própria – livres	5.756.461	5.941.348
Títulos Públicos	4.150.999	4.357.270
Letras Financeiras do Tesouro	3.667.886	3.868.691
Notas do Tesouro Nacional	172.081	169.717
Certificados Financeiros do Tesouro	310.858	318.691
Títulos da Dívida Agrária	174	171
Títulos Privados	1.605.462	1.584.078
Debêntures	20.810	721.925
Cotas de Fundos de Investimento	684.964	166.347
Letras Financeiras	131.044	695.806
Certificados de Depósito Bancário	768.644	-
Vinculados a operações compromissadas	45.120	34.130
Títulos Públicos	45.120	34.130
Letras Financeiras do Tesouro	45.120	34.130
Vinculados a prestação de garantias	13.821	14.970
Títulos Públicos	13.821	14.970
Letras Financeiras do Tesouro	13.821	14.970
TOTAL	5.815.402	5.990.448
Saldo de curto prazo	1.947.993	2.929.198
Saldo de longo prazo	3.867.409	3.061.250

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 72,4% do total da Carteira.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a) Quanto ao vencimento

	2014						
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	43.346	610.783	-	-	654.129
Títulos Públicos	-	-	43.346	610.783	-	-	654.129
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	43.346	610.783	-	-	654.129
2-Títulos Disponíveis para venda	806.915	465.639	921.030	1.690.111	935.766	-	4.819.461
Títulos Públicos	646.145	261.625	115.392	1.344.514	867.133	-	3.234.809
Letras Financeiras do Tesouro	484.034	261.625	115.392	1.344.514	867.133	-	3.072.698
Notas do Tesouro Nacional	162.111	-	-	-	-	-	162.111
Títulos Privados	160.770	204.014	805.638	345.597	68.633	-	1.584.652
Debêntures	5.241	-	275.648	335.443	68.633	-	684.965
Cotas Fundos de Invest.-FIDC ⁽²⁾	20.600	-	23.986	10.154	-	-	54.740
Cotas Fundos de Invest.-FIREF	76.303	-	-	-	-	-	76.303
Outros Títulos - LF	58.626	204.014	506.004	-	-	-	768.644
3-Títulos Mantidos até o vencimento	20.810	499	8.700	270	311.195	338	341.812
Títulos Públicos	-	499	8.700	270	311.195	338	321.002
Notas do Tesouro Nacional	-	412	8.613	270	337	338	9.970
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	310.858	-	310.858
Outros títulos públicos - TDA	-	87	87	-	-	-	174
Títulos Privados	20.810	-	-	-	-	-	20.810
Certificado de Depósito Bancário	20.810	-	-	-	-	-	20.810
TOTAL 30.06.2014	827.725	466.138	973.076	2.301.164	1.246.961	338	5.815.402
TOTAL 31.12.2013	1.575.627	730.392	873.459	2.294.627	516.343	5.990.448	5.524.536

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001;

(2) Valor líquido de provisão.

b) Quanto aos ajustes

	30.06.2014		31.12.2013	Ajustes	30.06.2014
	Custo	Mercado			
Para negociação	654.106	654.129	283	(260)	23
Letras Financeiras do Tesouro	654.106	654.129	283	(260)	23
Disponíveis para venda	4.820.759	4.819.461	692	(1.990)	(1.298)
Letras Financeiras do Tesouro	3.073.492	3.072.698	(1.037)	243	(794)
Notas do Tesouro Nacional	162.185	162.111	1.963	(2.037)	(74)
Debêntures	684.357	684.965	832	(224)	608
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC	55.778	54.740	(1.066)	28	(1.038)
Cotas de Fundos de Investimentos - FI REF	76.303	76.303	-	-	-
Outros Títulos Privados - LF	768.644	768.644	-	-	-
Mantidos até o vencimento	341.812	341.812	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	9.970	9.970	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	20.810	20.810	-	-	-
Certificados Financeiros do Tesouro	310.858	310.858	-	-	-
Outros títulos públicos - TDA	174	174	-	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$1.275 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$1.607 em 31.12.2013) , para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$1.038 (R\$1.038 em 31.12.2013) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$37.042 (R\$44.624 em 31.12.2013).

Pela característica de emissão, os títulos do tipo NTN's são inegociáveis e destinados ao pagamento das alienações das participações societárias.

Do total das CFT's, o montante de R\$298.031 (R\$305.541 em 31.12.2013) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$34.822 (R\$42.248 em 31.12.2013).

Os TDA's são títulos recebidos como resultado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, não possuindo cotações no mercado secundário.

No 1º semestre de 2014, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

O resultado com TVM totalizou no semestre R\$355.279 (R\$267.823 no 1º sem/2013).

7 Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	30.06.2014			31.12.2013		
	Normais	Vencidas	Total	Normais	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	951.093	53.065	1.004.158	964.397	51.392	1.015.789
Títulos descontados	22.382	3.182	25.564	22.928	2.541	25.469
Financiamentos	1.134.768	14.741	1.149.509	977.668	9.845	987.513
Financiamentos rurais	505.844	6.847	512.691	403.078	10.522	413.600
Subtotal	2.614.087	77.835	2.691.922	2.368.071	74.300	2.442.371
Outros créditos	1.774	26	1.800	3.025	37	3.062
Diversos	1.774	26	1.800	3.025	37	3.062
Subtotal	2.615.861	77.861	2.693.722	2.371.096	74.337	2.445.433
Adiantamento sobre contrato de câmbio	17.173	7.071	24.244	25.814	13.669	39.483
TOTAL DA CARTEIRA	2.633.034	84.932	2.717.966	2.396.910	88.006	2.484.916
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(39.365)	(38.551)	(77.916)	(31.310)	(39.778)	(71.088)
(Outros créditos)	-	(10)	(10)	(12)	-	(12)
(Câmbio)	(98)	(3.048)	(3.146)	(181)	(13.379)	(13.560)
TOTAL DAS PROVISÕES	(39.463)	(41.609)	(81.072)	(31.503)	(53.157)	(84.660)
TOTAL LÍQUIDO	2.593.571	43.323	2.636.894	2.365.407	34.849	2.400.256

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
AA	324.467	20.444	29.630	31.790	126.692	72.413	605.436
A	638.527	132.367	51.725	81.209	291.733	38.236	1.233.797
B	478.397	61.880	19.344	8.020	94.972	53.803	716.416
C	7.891	377	208	3.298	569	4.552	16.895

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

D	1.044	179	128	69	476	45.718	47.614
E	460	10	8	28	45	113	664
F	143	169	-	112	118	26	568
G	493	29	154	47	8	326	1.057
H	2.330	1.045	157	835	1.062	5.158	10.587
TOTAL 30.06.2014	1.453.752	216.500	101.354	125.408	515.675	220.345	2.633.034
TOTAL 31.12.2013	1.416.811	138.009	44.230	336.431	247.735	213.694	2.396.910

Operações vencidas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
B	9.682	4.111	92	-	-	-	13.885
C	601	12.381	1.077	220	-	-	14.279
D	112	903	5.428	1.275	-	-	7.718
E	2.790	1.008	339	3.598	1.213	-	8.948
F	47	75	100	2.733	267	-	3.222
G	83	103	9	2.387	463	-	3.045
H	600	809	92	1.530	26.146	4.658	33.835
TOTAL 30.06.2014	13.915	19.390	7.137	11.743	28.089	4.658	84.932
TOTAL 31.12.2013	11.355	10.459	6.635	26.098	31.638	1.821	88.006

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas, nos nove níveis de risco:

30.06.2014	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	605.436	1.047.075	429.009	31.174	55.332	9.612	3.790	4.102	44.422	2.229.952
Rural	283.332	190.656	20.680	5.231	2.571	663	382	883	8.836	513.234
Indústria	275.539	131.737	261.541	7.696	350	607	105	89	5.752	683.416
Comércio	15.143	395.946	124.492	9.185	2.674	5.751	1.337	1.583	16.931	573.042
Serviços	15.474	143.708	6.342	2.083	46.762	248	545	231	5.098	220.491
Pessoas físicas	15.948	185.028	15.954	6.979	2.975	2.343	1.421	1.316	7.805	239.769
Setor público	-	186.722	301.292	-	-	-	-	-	-	488.014
TOTAL DA CARTEIRA	605.436	1.233.797	730.301	31.174	55.332	9.612	3.790	4.102	44.422	2.717.966
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(6.169)	(7.303)	(935)	(5.533)	(11.944)	(1.895)	(2.871)	(44.422)	(81.072)
31.12.2013										
TOTAL DA CARTEIRA	522.342	1.714.650	102.289	20.381	54.346	5.756	6.314	11.238	47.600	2.484.916
Provisão requerida e constituída	-	(8.573)	(1.023)	(611)	(5.435)	(10.395)	(3.157)	(7.866)	(47.600)	(84.660)

Com relação à constituição de provisão, algumas operações enquadradas no nível E estão agravadas com percentual superior ao exigido pela Res. CMN nº 2.682/1999, em função da análise do risco da operação.

Quanto aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.06.2014	31.12.2013
Setor Público	488.014	503.032
Administração Direta	92.819	101.711
Administração Indireta	186.675	193.558
Atividades Empresariais	208.520	207.763
Setor Privado	2.229.952	1.981.884
Rural	513.234	414.377
Indústria	683.416	628.024
Comércio	573.042	485.858

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pessoas Físicas	239.769	237.129
Outros Serviços	220.491	216.496
TOTAL DA CARTEIRA	2.717.966	2.484.916

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	30.06.2014	30.06.2013
Saldos no início do período	(84.660)	(81.906)
Provisões constituídas	(25.434)	(40.793)
Valores baixados para prejuízo	28.972	26.649
Reversões	49	7
Saldos no fim do período	(81.072)	(96.043)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$833.684 (R\$823.289 em 31.12.2013).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$24.732 (R\$9.879 no 1º sem/2013).

Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito:

	30.06.2014	30.06.2013
Empréstimos	78.094	74.886
Títulos descontados	3.175	2.556
Financiamentos	42.835	34.078
Financiamentos rurais e agroindustriais	17.011	10.790
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	24.732	9.879
Rendas de créditos p/avais/fianças honradas	5	-
TOTAL	165.852	132.189

Concentração dos principais devedores:

	30.06.2014	% da Carteira	31.12.2013	% da Carteira
10 maiores devedores	1.187.080	43,7	1.201.509	48,3
50 maiores devedores seguintes	594.838	21,9	484.244	19,5
100 maiores devedores seguintes	207.852	7,6	160.944	6,5
Demais devedores seguintes	728.196	26,8	638.219	25,7
TOTAL	2.717.966	100,0	2.484.916	100,0

8 Outros Créditos

Os Outros Créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2014	31.12.2013
Crédito tributário (nota nº 15.b)	942.698	892.823
Carteira de câmbio	21.327	28.013
Rendas a receber	49.449	52.687
Títulos e créditos a receber	26.437	36.216
Capaf	155.544	155.969
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(155.544)	(155.969)
Tecnologia	21.705	21.705
Outros	4.732	14.511
Câmbio	2.923	13.376
Remuneração OGU	1.774	1.050
Diversos	35	85
Devedores por compra de valores e bens	1.800	3.062
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 28.d)	43.770	42.348
Recursos Fiscais	409	409

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recursos Trabalhistas	34.677	33.293
Recursos Cíveis	8.684	8.646
Devedores para apuração de responsabilidades	5.540	4.837
Impostos e contribuições a compensar	23	39
Pagamentos a ressarcir	22.304	22.291
Remissão de Dívidas – Lei 12.249/2010	13.321	13.321
Outros	8.983	8.970
Adiantamentos e antecipações salariais	-	216
Diversos	12.281	4.235
Provisão para outros créditos	(3.156)	(13.572)
TOTAL	1.122.473	1.073.195
Saldo de curto prazo	286.303	217.264
Saldo de longo prazo	836.170	855.931

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica “outros créditos” o montante de R\$155.544 (R\$155.969 em 31.12.2013), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão total desse ativo.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2013) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato “Termo de acordo, composição e ajuste”.

Os valores da rubrica Outros incluem os títulos com características de concessão de crédito - operações desclassificadas de câmbio totalizando R\$2.923 (R\$13.376 em 31.12.2013), o valor a receber da taxa de remuneração dos recursos do OGU no montante de R\$1.774 (R\$1.050 em 31.12.2013) e créditos a receber diversos no valor de R\$35 (R\$85 em 31.12.2013).

O saldo de Devedores para Apuração de Responsabilidades, no valor de R\$5.540 (R\$4.837 em 31.12.2013), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

O Banco possui registrado na conta Pagamentos a Ressarcir o valor de R\$13.321 (R\$13.321 em 31.12.2013) referente à remissão de operações de crédito rural do Pronaf B, contratadas até 31 de dezembro de 2004, com recursos do OGU, conforme a Lei nº 12.249/2010.

9 Permanente

	30.06.2014	31.12.2013
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
TOTAL	267	267
b) Imobilizado de uso		
Móveis e equipamentos em estoque	3.229	967
Imobilizações em curso	18.724	27.314
Imóveis de uso	62.398	62.960
Terrenos	2.664	2.664
Reavaliações de terrenos	13.111	13.111
Edificações	45.875	44.756
Reavaliações de edificações	34.935	34.935

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(-) Depreciação acumulada	(34.187)	(32.506)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	17.072	12.527
Instalações	1.848	307
Móveis e equipamentos de uso	44.214	39.876
(-) Depreciação acumulada	(28.990)	(27.656)
Outras imobilizações	19.677	21.925
Sistema de comunicação	1.388	1.373
Sistema de processamento de dados	76.582	75.777
Sistema de segurança	4.708	4.233
Sistema de transporte	304	304
(-) Depreciação acumulada	(63.305)	(59.762)
TOTAL	121.100	125.693
c) Intangível ⁽¹⁾		
Licenças de uso de software	18.247	18.041
Software desenvolvido e em desenvolvimento	164.444	165.555
(-) Amortização Acumulada	(70.570)	(62.658)
TOTAL	112.121	120.938

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo Permanente no semestre está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31.12.2013	Adição (Inversões)	Baixa (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo em 30.06.2014
Investimentos	267	-	-	-	267
Imob. de uso	125.693	2.420	(7)	(7.006)	121.100
Intangível	120.938	125	(1.031)	(7.911)	112.121
TOTAL	246.898	2.545	(1.038)	(14.917)	233.488

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2014	31.12.2013
Limite para Imobilização	804.629	812.496
(-) Situação	(233.487)	(168.356)
Margem	571.142	644.140
Índice de imobilização	14,5%	10,4%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida revisão de cálculo da apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014.

10 Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2014	Total em 30.06.2013
À Vista	808.814	-	-	808.814	522.683
Poupança	579.749	-	-	579.749	516.280
Interfinanceiros	86.022	-	-	86.022	1.525

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Prazo	1.170.018	757.144	315.429	2.242.591	1.834.028
A prazo	266.908	751.784	291.884	1.310.576	984.353
Judiciais com remuneração	35.880	-	-	35.880	32.977
Especiais com remuneração	867.230	5.360	23.545	896.135	816.698
Sudam	746.693	-	-	746.693	681.835
Finam	117.330	-	-	117.330	103.223
FAT	2.826	5.360	23.545	31.731	31.083
Outros	381	-	-	381	557
TOTAL	2.644.603	757.144	315.429	3.717.176	2.874.516
Saldo de curto prazo				3.401.747	2.695.535
Saldo de longo prazo				315.429	178.981

Depósitos Especiais Remunerados – Sudam é um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23/12/2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$45.000 (R\$34.002 em 31.12.2013), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 10,7% (8,2% em 31.12.2013) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	30.06.2014	30.06.2013
Despesas de Captações com Depósitos	114.693	67.836
A prazo	55.856	25.522
Poupança	17.895	13.080
Especiais	35.904	26.846
Interfinanceiros	2.086	66
Demais captações	2.952	2.322
Despesas de Captações no Mercado Aberto	2.178	1.846
Carteira própria	2.178	1.846
TOTAL	116.871	69.682

11 Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no período é de R\$22.083 (R\$32.247 em 31.12.2013), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,2% a.a. (1,5% a.a. em 31.12.2013) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2014			31.12.2013		
	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES
BNDES Finem	7	3	25.942	6,8	3	29.674
BNDES Industrial	7,2	11,5	269.288	7,2	10	270.488
BNDES Rural	3,8	2,4	3.216	3,9	3	3.647
BNDES Comércio	5,9	8	16.998	6,1	4	12.041
BNDES Serviços	6,9	9,9	3.989	7,0	4	943
BNDES Gov Munic	7	1	47	7,0	1	94
Finame Industrial	10,9	7,7	20.343	10,5	7	8.082
Finame Rural	0,7	7,7	42.090	0,7	7	23.310
Finame Comércio	5,1	4,9	3.983	8,9	5	4.190
Finame Serviços	6	6,2	114.645	9,5	6	122.842
STN OGU	2	2	45.671	1,1	2	46.304
STN – Recoop	7,8	2,8	21	7,8	3	26
TOTAL			546.233			521.641
Curto Prazo			92.139			92.993
Longo Prazo			454.094			428.648

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	729	1.331	1.964	3.982	13.954	3.836	146	25.942
BNDES Industrial	1.501	4.440	1.236	13.520	34.398	30.688	183.505	269.288
BNDES Rural	124	-	370	709	1.848	93	72	3.216
BNDES Comércio	408	782	377	2.809	6.169	2.758	3.695	16.998
BNDES Serviços	22	149	4	479	1.236	832	1.267	3.989
BNDES Gov. Munic	8	16	8	15	-	-	-	47
Finame Industrial	83	191	230	1.105	5.693	5.526	7.515	20.343
Finame Rural	61	3	5	62	399	99	41.461	42.090
Finame Comércio	81	207	285	648	1.438	758	566	3.983
Finame Serviços	1.588	3.285	4.579	9.602	40.729	36.708	18.154	114.645
STN OGU	24.578	2.695	3.520	4.358	10.490	14	16	45.671
STN – Recoop	-	1	2	4	3	3	8	21
TOTAL 31.03.2014	29.183	13.100	12.580	37.293	116.357	81.315	256.405	546.233
TOTAL 31.12.2013	25.372	12.816	14.811	39.996	112.591	79.585	236.470	521.641

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$45.671 (R\$46.304 em 31.12.2013).

O total repassado pelo Tesouro no semestre foi da ordem de R\$8.309 (R\$4.458 no 1º sem/2013). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No semestre, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$129 (R\$49 no 1º sem/2013) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$724 (R\$904 no 1º sem/2013).

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Outras Obrigações

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	30.06.2014	31.12.2013
Constitucional de Financ. do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 19)	3.202.480	3.439.502
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	127.971	99.259
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	68.297	43.742
Outros	78	78
TOTAL	3.398.826	3.582.581

Saldo de curto prazo	3.275.509	3.488.328
Saldo de longo prazo	123.317	94.253

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN (nota nº19), não apresentando vencimento.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	30.06.2014	31.12.2013
Saldo no início do semestre	3.439.502	3.591.260
Repasses do Tesouro Nacional	1.089.420	1.861.614
Remuneração das disponibilidades	155.341	268.276
Amortizações de operações de crédito	1.012.267	2.085.062
Liberações de operações de crédito	(2.067.105)	(3.634.519)
Despesas com taxa de administração	(230.963)	(388.754)
Outras despesas (<i>Del credere</i> e auditoria)	(195.982)	(343.437)
Saldo no final do semestre	3.202.480	3.439.502

b) Outros saldos estão apresentados abaixo:

	30.06.2014	31.12.2013
Provisão para passivos contingentes	1.644.288	1.541.961
Ações trabalhistas (nota nº 28.c)	37.357	36.312
Ações cíveis (nota nº 28.c)	37.457	35.090
Provisão – FNO (nota nº 19)	715.191	643.441
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 28.c)	8.370	8.370
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	87.407	79.632
Provisão para plano BD Saldado (nota nº 23)	581.062	565.465
Provisão para plano Misto Saldado (nota nº 23)	149.375	146.258
Outras provisões operacionais	2.035	2.045
Outros	26.034	25.348
Obrigações por aquisição de bens e direitos	42.201	58.871
Provisão para pagamentos a efetuar	67.712	67.750
Obrigações por convênios oficiais	10.775	822
Demais	31.774	38.089
TOTAL	1.796.750	1.707.493
Saldo de curto prazo	525.552	499.259
Saldo de longo prazo	1.271.198	1.208.234

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2014 o montante corresponde a R\$112.144 (R\$101.490 em 31.12.2013).

c) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do semestre dos passivos atuariais:

	30.06.2014	31.12.2013
Fundo de Pensão de Benefício Definido	345.037	357.507
Liquidados (nota nº 23)	296.962	321.686
Assistidos (nota nº 23)	48.075	35.821
Outros	118.188	106.371
Auxílio Saúde (nota nº 23)	118.188	106.371
TOTAL	463.225	463.878
Saldo de curto prazo	48.607	90.428
Saldo de longo prazo	414.618	373.450

14 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.219.669 é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	30.06.2014	31.12.2013
De domiciliados no país	2.964.592.681	2.964.592.681
De domiciliados no exterior	4.081	4.081
TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762

Através do Decreto nº 13, de 22 de outubro de 2013, foi autorizada a integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), de que trata a Lei nº 12.087/2009, por meio de transferência, dentre outras, de ações ordinárias do Banco da Amazônia.

O Ministério da Fazenda, por meio da Portaria nº 195, de 05 de abril de 2014, autorizou a subscrição de cotas do FGEDUC mediante transferência de ações ordinárias do Banco de propriedade da União, de até 1.048.913.630 (um bilhão, quarenta e oito milhões, novecentos e treze mil, seiscentos e trinta) ações ordinárias (ON), cuja a transação ocorreu em 24 de abril de 2014.

Em decorrência, a participação acionária da União no Capital do Banco passa a ser de 51,0% e do acionista minoritário 49,0%.

b) Destinação do lucro líquido

A destinação do lucro está demonstrada a seguir, sendo provisionado, na forma de dividendos, vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado, atendendo, assim, o que determina o art. 64, inciso II, do Estatuto Social do Banco.

30.06.2014	30.06.2013
-------------------	-------------------

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do semestre	60.112	46.197
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	3.005	-
Saldo após a Reserva Legal	57.107	46.197
Realização da Reserva de Reavaliação	467	468
Base de cálculo para distribuição	57.574	46.665
Dividendos	14.394	-
Reserva Estatutária	43.180	-
Prejuízo Acumulado	-	(488.552)
Total	-	(441.887)

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

Neste semestre, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período de janeiro a junho de 2014, estão assim resumidas:

	30.06.2014		30.06.2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação e participações	123.385	123.385	83.687	83.687
Participações Estatutárias	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Lucro antes do IRPJ e CSLL	123.385	123.385	83.687	83.687
Adições líquidas de caráter permanente	617	617	1.225	1.225
Adições líquidas de caráter temporário	176.898	176.898	138.774	138.774
Lucro tributável antes das compensações	300.900	300.900	223.686	223.686
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	45.135	45.135	33.553	33.553
Adicional de Imposto de Renda (10%)	30.078	-	22.356	-
Incentivos	(1.977)	-	(1.659)	-
Valores devidos	73.236	45.135	54.250	33.553
Realização Res. de Reavaliação e Diferido s/ MTM	(256)	(154)	173	92
Valores registrados em resultado antes da ativação	72.980	44.981	54.423	33.645
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	(34.180)	(20.508)	(31.611)	(18.967)
Valores efetivamente registrados no resultado	38.800	24.473	22.812	14.678
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	31,4	19,8	27,3	17,5

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	30.06.2014	31.12.2013
Imposto de renda e contrib. social diferidos ativos – total (nota nº 8)	942.698	892.823

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Créditos tributários não ativados

No final do semestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$153.931 (R\$138.009 em 31.12.2013), incluindo o crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto no valor de R\$97.935.

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 30 de junho de 2014, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	30.06.2014	30.06.2013
Administração de fundos e programas	232.239	210.814
FNO (nota nº 19)	226.096	204.561
Finam (nota nº 17)	5.332	4.922
FDA (nota nº 18)	48	153
Demais rendas	763	1.178
Outros serviços	10.037	8.179
Rendas de outros	10.037	8.179
Sub-total	242.276	218.993
Rendas de tarifas bancárias	55.040	45.011
Pessoa física	17.339	14.844
Pessoa jurídica	37.701	30.167
TOTAL	297.316	264.004

b) Despesas de pessoal

	30.06.2014	30.06.2013
Honorários	1.907	1.741
Benefícios	26.565	23.840
Encargos sociais	52.337	44.449
Proventos	125.992	129.103
Treinamento	3.160	3.205
Remuneração de estagiários	2.915	2.638
TOTAL	212.876	204.976

c) Outras despesas administrativas

	30.06.2014	30.06.2013
Água, energia e gás	4.063	3.856
Aluguéis	5.422	5.262
Processamento de dados	25.643	25.164
Comunicações	15.246	15.543
Manutenção e conservação de bens	4.491	4.463
Material	579	563

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Serviços de terceiros	8.862	7.067
Vigilância e segurança	11.478	11.205
Serviços do sistema financeiro	6.868	7.953
Promoções e relações públicas	1.462	2.065
Propaganda e publicidade	1.406	1.967
Publicações oficiais	794	1.311
Serviços técnicos especializados	4.829	4.440
Transporte	8.142	9.131
Viagens	3.206	3.426
Depreciação	7.006	6.838
Amortização	7.912	7.045
Demais despesas administrativas	2.730	2.576
TOTAL	120.139	119.875

d) Despesas tributárias

	30.06.2014	30.06.2013
ISS	2.670	2.178
Cofins	29.118	25.677
PIS/Pasep	4.732	4.172
Demais tributos	1.884	1.426
TOTAL	38.404	33.453

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	30.06.2014	30.06.2013
Del credere – FNO (nota nº 19)	195.720	162.333
Demais rendas operacionais	49.269	75.448
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	21.636	52.469
Receita de variação de taxas do FMM	12.315	2.904
Receita de variação de taxa de câmbio	3.278	11.559
Recuperação de encargos e despesas	2.582	1.593
Rendas sobre depósito compulsório	3.517	2.349
Demais receitas	5.941	4.574
TOTAL	244.989	237.781

Outras despesas operacionais	30.06.2014	30.06.2013
Despesas de provisão – FNO (nota nº 19)	144.042	113.901
Atualização de benefícios pós-emprego	23.167	-
Despesas de fundos de investimento	3.005	3.865
Despesas de variação de taxa de câmbio	3.070	3.073
Passivos judiciais e legais	10.022	15.778
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	7.775	5.309
Despesas pós-emprego – assist./aux.saúde	7.915	10.168
Atualização de Planos Saldados	47.302	42.133
Despesas com TVM	669	3.378
Demais despesas operacionais	10.537	5.234
TOTAL	257.504	202.839

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional,

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No semestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$5.332 (R\$4.922 no 1º sem/2013).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

No semestre, foi recebido a título de taxa de administração R\$47 (R\$153 no 1º sem/2013). Quanto ao risco, a provisão é de R\$476 (R\$389 no 1º sem/2013), registrado em passivos contingentes.

A obrigação junto ao FDA, na nova modalidade que passou a vigorar no final de 2013, em que as operações liberadas passaram a ser com risco integral do Banco, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do semestre é de R\$68.297 (R\$43.742 em 31.12.2013).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	30.06.2014	30.06.2013
Taxa de administração	226.096	204.561
Del-credere	195.720	162.333
Recuperação de operações	21.636	52.950
Remuneração do disponível	(155.341)	(119.959)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(144.042)	(113.901)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente.

O *Del-credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$15.472 (R\$28.678 no 1º sem/2013) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$715.191 (R\$643.441 em 31.12.2013).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No semestre, o Banco procedeu à baixa de R\$64.538 (R\$60.193 no 1º sem/2013) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

Nível de Risco	30.06.2014		31.12.2013	
	Financiamentos	Provisão	Financiamentos	Provisão
AA	2.310.977	-	2.132.922	-
A	7.480.143	(18.700)	6.825.647	(17.064)
B	1.899.173	(9.495)	1.451.467	(7.257)
C	448.083	(6.720)	549.724	(8.244)
D	206.096	(10.295)	204.501	(10.225)
E	148.160	(22.155)	112.618	(16.889)
F	88.666	(22.057)	44.660	(11.165)
G	64.749	(22.536)	121.883	(42.659)
H	1.229.739	(603.233)	1.060.129	(529.938)
TOTAL	13.875.786	(715.191)	12.503.551	(643.441)

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em “Depósitos Especiais com Remuneração”, do grupamento de “Depósitos a Prazo”, remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no semestre, no montante de R\$4.134 (R\$3.911 no 1º sem/2013), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	30.06.2014		30.06.2013	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	820	31.251	667	27.298
Proger urbano		820	31.251	667	-
Disponível	TMS	63	480	145	3.785
Proger urbano		63	480	145	-
Principal		3.251	-	3.099	-
Proger urbano		3.251	-	3.099	-
TOTAL		4.134	31.731	3.911	31.083

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

A vencer	30.06.2014		31.12.2013	
	Valores	%	Valores	%
Até 30 dias	1.648	5,2	4.778	13,5
De 31 a 90 dias	1.177	3,7	1.090	3,1
De 91 a 180 dias	1.721	5,4	1.658	4,7
De 181 a 360 dias	3.641	11,5	3.375	9,5

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mais de 1 ano	23.544	74,2	24.491	69,2
TOTAL	31.731	100,0	35.392	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT importa em R\$33.213 (R\$33.716 em 31.12.2013).

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no semestre é de R\$127.971 (R\$99.259 em 31.12.2013).

22. Partes relacionadas

Os honorários atribuídos, no semestre, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

	30.06.2014	30.06.2013
Diretoria	1.561	1.444
Honorários	1.439	914
Ajuda de Custo	122	225
Participação no lucro	-	305
Conselho de Administração	117	95
Conselho Fiscal	76	69
Comitê de Auditoria	153	133
TOTAL	1.907	1.741

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	30.06.2014	30.06.2013
Diretoria	38.879,53	38.043,47
Conselho de Administração	3.342,21	3.163,49
Conselho Fiscal	3.182,60	2.882,16

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

administração estão descritas na nota nº 23 (Benefícios a Empregados).

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no semestre está demonstrado a seguir:

	30.06.2014	30.06.2013
Receitas de taxa de administração (nota nº 16.a)	232.239	210.814
Receita <i>Del-credere</i> do FNO	195.720	162.333
Despesa com remuneração do disponível do FNO	(155.341)	(119.959)
Despesa provisão FNO (risco compartilhado) (nota nº 19)	(144.042)	(113.901)
Despesas de contribuição patronal – Capaf	(4.899)	(595)
Atualização ajuste pós-emprego – Capaf (nota nº 16.e)	(78.384)	(52.301)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.06.2014	31.12.2013
Passivos		
Depósito à Vista – OGU	2.935	-
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)	480	35.392
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	546.233	521.641
Tesouro Nacional	45.692	46.330
BNDES	319.480	316.888
Finame	181.061	158.423
Outras Obrigações	3.330.451	3.538.761
Fundo constitucional do Norte – FNO (notas nº 13 e 19)	3.202.480	3.439.502
Fundo da Marinha Mercante – FMM (notas nº 13 e 21)	127.971	99.259
TOTAL	3.880.099	4.095.794

23. Benefícios a empregados

Os planos de previdência complementar de Benefício Definido (BD) e Misto (MB) que eram ofertados pelo Banco aos seus empregados e administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF), vinham apresentando, situação deficitária, em descumprimento, portanto, da legislação vigente.

Para solucionar a situação, o Banco buscou alternativas para viabilizar o reequilíbrio de tais planos, inclusive com oferta de outros planos. Dentro desse contexto e considerando que 52% dos participantes haviam assinado o termo de adesão, foram implantados os “Planos Saldados” com data de início de vigência em 01.01.2013.

O saldamento foi reconhecido mediante a assinatura de 4 (quatro) contratos assinados entre o Banco e a CAPAF, se constituindo em um compromisso financeiro para quitação no prazo médio de 15 anos, com avaliação atuarial anual, sempre no mês de março, de modo que os valores estipulados nos instrumentos contratuais poderão aumentar ou diminuir, e ser exigido desde que ocorra modificação da situação dos participantes, ainda que retroativamente.

O valor inicial da obrigação de R\$685.327, é atualizado mensalmente, de acordo com a variação do INPC-IBGE e pela taxa máxima real de juros admitidas nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Esta nova obrigação referente aos planos saldados apresentou a seguinte movimentação:

30.06.2014	31.12.2013
-------------------	-------------------

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor da Obrigação no início do período	711.723	685.327
Atualizações	47.302	77.511
(-) Valores Pagos	(28.588)	(51.115)
Saldo no final do período	730.437	711.723

Em atendimento a cláusula que trata da avaliação atuarial no mês de março de cada ano, foi procedido o cálculo pelo atuário da CAPAF e acatado pela Administração do Banco, não havendo necessidade de ajuste para mais ou para menos nos valores atualizados constantes dos referidos contratos.

PLANOS LIQUIDADOS

Quanto aos planos BD e MB, que abrigam os beneficiários que não aderiram ao saldamento, foi decretada pela PREVIC a liquidação dos mesmos, através das Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013. Entretanto, essa liquidação foi suspensa por decisão judicial, o que levou o Banco a retornar o repasse mensal referente a contribuição patronal, que, no final do semestre, totalizou R\$1.538 (R\$595 no 1º sem/2013).

A movimentação da provisão relativa aos planos liquidados está abaixo apresentada:

	30.06.2014	31.12.2013
Valor da Obrigação no início do período	321.686	438.615
Atualizações	(9.988)	53.565
Transferência Contingência Previdenciária	-	(176.289)
Outros ajustes	-	74
Acréscimo via PL	-	14.615
Acréscimo via Resultado	-	28.430
(-) Valores Pagos	(14.736)	(37.324)
Saldo no final do período	296.962	321.686

Em decorrência da insuficiência dos recursos financeiros do plano PBD, o Banco, também em cumprimento a determinação judicial, vem repassando, mensalmente, os recursos necessários para honrar as obrigações dos planos com a folha de pagamento dos beneficiários do plano BD. No semestre findo em 30 de junho de 2014 o valor do referido repasse totalizou R\$14.736 (R\$16.981 no 1º sem/2013).

PREVAMAZÔNIA

Juntamente com os "Planos Saldados", foi implantado o PrevAmazônia, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria Previc nº 585, de 05.08.2010. Esse plano se caracteriza como de contribuição definida e foi oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e para os empregados da ativa que fizeram opção pelos "Planos Saldados". A contribuição do Banco totalizou no semestre findo em 30 de junho de 2014 R\$3.361 (R\$761 no 1º sem/2013).

ASSISTIDOS

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981. Parte desses beneficiários aderiu ao plano saldado, passando a compor o quadro de Benefício Saldado.

No semestre findo em 30 de junho de 2014 a obrigação do Banco junto a esses beneficiários correspondeu a R\$48.075 (R\$35.821 em 31.12.2013).

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo de juros	(4.362)	(9.703)
Montante reconhecido em outros resultados abrangentes	(9.532)	19.907
Passivo reconhecido no final do período	(118.188)	(106.371)
Despesa na Demonstração Resultado Exercício	(5.692)	(13.277)
Ajuste reconhecido como Outros Resultados Abrangentes	(9.532)	19.907

Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

	Assistidos pelo Banco			
	Tábua Biométrica AT-2000 M&F	Taxa de Juros +0,25%	Taxa de Juros - 0,25%	Parâmetro deste Demonstrativo
Montante do valor presente obrigação atuarial	50.194	48.123	49.073	48.075
Déficit técnico do plano	(50.194)	(48.123)	(49.073)	(48.075)
Variações:				
Aumento/redução da obrigação atuarial	3,3%	-1,0%	1,0%	
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	
Aumento/redução do déficit técnico do plano	3,3%	-1,0%	1,0%	

	Auxílio Saúde			
	Tábua Biométrica AT-2000 M&F	Taxa de Juros +0,25%	Taxa de Juros - 0,25%	Parâmetro deste Demonstrativo
Montante do valor presente obrigação atuarial	121.889	116.096	120.363	118.188
Déficit técnico do plano	(121.889)	(116.096)	(120.363)	(118.188)
Variações:				
Aumento/redução da obrigação atuarial	3,1%	-1,8%	1,8%	
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	
Aumento/redução do déficit técnico do plano	3,1%	-1,8%	1,8%	

Montantes de pagamentos esperados para o período seguinte

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Montante Pagtos. esperados semestre seguinte - Normais	3.483	2.483	3.513	3.063

Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Assistidos pelo Banco: Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* do Plano, calculada em 5,1 anos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1).

Auxílio-Saúde: Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* do Plano, calculada em 22,3 anos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Remuneração Paga aos Empregados

a) Remuneração dos empregados (em R\$ unitários)

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$5.346,44 (R\$4.840,10 em 2013). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados correspondem a:

	2014		2013	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	18.836,79	1.789,38	17.441,47	1.649,20
Vencimento básico	3.357,42	1.112,93	3.108,72	1.030,49
Adicional por tempo de serviço	1.004,43	-	797,16	-
Adicional de função comissionada	3.887,40	-	3.599,45	-
Gratificação especial mensal	2.749,75	377,32	2.501,78	349,37
Complem. pessoal temp. adicional de função	7.837,79	-	7.434,36	-
Acordo de trabalho	-	299,13	-	269,34

25. Processo de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gestão do risco definida pelo Banco da Amazônia é responsável por desenvolver políticas, processos e procedimentos que permitam identificar, avaliar e gerenciar adequadamente os riscos da Instituição, permeando toda a Organização e suas Unidades e níveis hierárquicos que possuem papéis e responsabilidades.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de liquidez, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, cujas políticas para cada um desses riscos foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de Liquidez

A Política do risco de liquidez estabelece os limites para os índices de disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos.

No final do semestre, os índices de disponibilidade de recursos de curto prazo do Banco da Amazônia mantiveram-se com bom nível de liquidez, considerando que grande parte desses recursos são de títulos públicos de altíssima e alta liquidez, representando algo em torno de 73,1% do total da carteira de TVM da Instituição, ou seja, aproximadamente R\$5,12 bilhões.

Foi mantido no acumulado dos seis meses do ano, maior volume em operações compromissadas com posição doadora de recursos, preservando assim, o perfil histórico da Instituição. O principal cliente no período foi o Banco BTG Pactual, com mais de 230 operações.

b) Gestão do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades de retorno dos créditos concedidos, atuando de forma intensiva para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

Está sendo implantada no Banco Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito, para a qual foram adotadas as seguintes ações, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil: i) Aquisição de solução focada nos mercados de varejo e de atacado; ii) Modelagem e Remodelagem de Risco de Crédito abrangendo a revisão dos modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco; iii) Elaboração de modelagens adicionais de avaliação de risco compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes e redefinição de fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito; iv) desenvolvimento de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o gerenciamento, que permite o controle da insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito.

c) Gestão de Risco de Mercado

A gestão do Risco de Mercado definida pelo Banco estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular Bacen nº 3.354/2007.

O *Value at Risk* (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Bacen.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco mantém alocação de 93,0% do valor de mercado (MtM) da sua carteira em papéis indexados à Selic e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$1.468 em 2014 (R\$6.909 em 2013), o que representa um percentual de 0,03% do valor de mercado total da carteira.

d) Risco Operacional

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perda resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoas, sistemas ou eventos externos. A gestão consolidada deste risco é responsabilidade de uma unidade específica, operacionalmente independente, sem conflito de interesses, que está vinculada à Diretoria de Controle, cujo diretor é responsável pela gestão do risco operacional perante o Banco Central, não mantendo responsabilidades pela gestão de recursos de terceiros e tem sido calcada, principalmente, em melhorias dos aspectos qualitativos, que estão relacionados à otimização de controles, processos e procedimentos

d) Gestão de Capital

No sentido de aprimorar sua gestão de capital e alinhado às determinações do Conselho Monetário Nacional (Res. CMN nº 3.988/2011), o Banco implantou estrutura de gestão de capital inicialmente formada por um projeto corporativo, que tem como responsável perante o Banco Central o Diretor de Controle e Risco.

O projeto envolve diversas áreas do Banco e para isso foi formado um Comitê composto por representantes das áreas com maior participação no contexto de Basileia III.

O Banco possui políticas, estratégias e ferramentas para identificação e avaliação dos riscos a que está exposto, inclusive aqueles não abrangidos pelo patrimônio de referência exigido

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(PRE).

e) Índice de Basileia (limite operacional)

O Índice de Basileia foi apurado ainda pelos critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.ºs 3.444/2007 e 3190/2007, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

	2013
PR Nível I	1.499.913
Capital Social	1.219.669
Reservas de Capital	2.253
Reserva Legal	83.582
Reservas Estatutárias	682.198
Ajuste de avaliação patrimonial	(33.259)
Lucros ou prejuízos acumulados	(441.887)
Ajustes da marcação a mercado	(12.643)
PR Nível II	41.934
Reservas de Reavaliação	29.291
Ajustes da marcação a mercado	12.643
Patrimônio de Referência - PR	1.541.847
Parcela de risco de crédito (Pepr)	1.375.107
Parcela de risco de mercado (Pcam/Pjur)	90
Parcela de risco operacional (Popr)	85.798
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.460.995
Parcela de risco de mercado (Rban)	6.972
Excesso/Insuficiência de PR (PR – PRE – Rban)	73.880
Índice da Basileia: (PRx100)/(PRE/0,11)	11,6%

Destaca-se que a partir de 01.10.2013, passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

Com a vigência da Resolução CMN n.º 4.192/2013 foi procedido o cálculo para apuração do PR, de acordo com as novas regras:

	2014
	Financeiro
Patrimônio de Referência (PR)	1.609.259
PR Nível I	1.609.259
Capital Principal	1.609.259
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.636.522
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	11.902.380
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	6.605
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	727.537
Requerimento Mínimo de Capital	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	568.643
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	695.009
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.390.017
Parcela de risco de mercado (Rban)	2.259
Margem sobre os Requerimentos de Capital	
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	219.242
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	914.250
Margem sobre o PR Mínimo Requerido	1.040.615
Margem sobre o PR Mínimo Requerido incluído R _{BAN}	216.982
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	12,7%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,7%
Índice de Basileia (PR / RWA)	12,7%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

26. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às boas práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com Basileia II.

As análises de sensibilidade são realizadas, rotineiramente, com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Exposições Financeiras		Junho/2014 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	53	65.626	119.994
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	1.404	17.362	33.521
Cupom	Exposições sujeitas à variação da	-	-	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cambial	taxa dos cupons de moeda estrangeira			
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	11	(196)	(398)
Total		1.468	82.792	153.117

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários, considerando informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, Bacen, etc) em 30 de junho de 2014:

Cenário 1: A base deste cenário são as condições de mercado para os fatores de risco, tais como a curva de taxa de juros futuros DI e o câmbio do dia. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$2,20 e a taxa DI de 1 ano no nível de 10,80%a.a. Neste cenário, o VaR apresentado foi de R\$1.468.

Cenário 2: Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados acima (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$2,75, e a taxa DI de 1 ano no nível de 13,50%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços. O resultado de VaR foi de R\$82.792.

Cenário 3: Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$3,30 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 16,20% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços. O total da exposição nesse cenário foi de R\$153.117.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 30 de junho de 2014. Os resultados apresentados confirmam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre todo o cenário de referência, apresentaram baixa variação no valor das posições detidas pela instituição.

27. Demonstração do resultado abrangente

	30.06.2014	30.06.2013
Lucro líquido ajustado Del. CVM nº 695/2012	60.112	46.197
Ajuste de exercícios anteriores	-	(488.552)
Outros Resultados Abrangentes	9.771	(75.824)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.992	(76.603)
Próprios – TVM Ajuste	(917)	(16.704)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	-	(59.899)
Próprios – Planos Saldados	9.909	-
Realização da Reserva de Reavaliação	779	779
IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	(4.004)	30.329
Sobre a marcação a mercado	364	6.681
Sobre a realização da reserva	(312)	(311)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	(4.056)	23.959
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	5.767	(45.495)
Resultado Abrangente do Período	65.879	(487.850)

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras Informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2014	31.12.2013
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	7.013.894	6.338.711
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	112.144	101.490
TOTAL	7.126.038	6.440.201

b) Seguros

O Banco mant m seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$289.988 (R\$289.988 em 31.12.2013), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas – Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Utiliza-se como critério de provisão o valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos por grupos/objetos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação.

Outros – referem-se a a es judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 30 de junho de 2014, foram interpostas contra o Banco 935 a es. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas   de R\$8.370 (R\$8.370 em 31.12.2013). No semestre, foram cumpridas 35 a es no valor de R\$3.005 (R\$7.116 em 31.12.2013).

A movimentação da provisão no semestre está abaixo especificada:

	Saldo em 31.12.2013	Adição	Utilização	Saldo em 30.06.2014
Trabalhista (Indenizações)	36.312	9.833	(8.788)	37.357
Cível/Fiscal	35.090	10.022	(7.655)	37.457
Fundos de Investimento	8.370	3.005	(3.005)	8.370

A metodologia aplicada para provisionamento, com base nas perdas m dias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/a o, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados:

	30.06.2014	31.12.2013
Demandas Trabalhistas	34.677	33.293
Demandas Fiscais	409	409
Demandas Cíveis	8.684	8.646

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	43.770	42.348
--------------	---------------	---------------

Finam

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$35.795 (R\$42.563 em 31.12.2013), com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2014. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

e) Relacionamento com Auditores Independentes

Os auditores independentes no decorrer do 1º semestre de 2014, não prestaram outros serviços que não os relacionados a auditoria externa.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. (“Banco”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

Limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos de benefícios liquidados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 13 e nº 23, o Banco possui registrado, em 30 de junho de 2014, o montante de R\$296.962 mil (R\$321.686 mil em 31 de dezembro de 2013), que julga ser necessário para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes das diversas demandas judiciais contra a CAPAF e o Banco, impetradas pelos participantes e assistidos dos planos de benefícios. O referido montante foi apurado com base nos critérios definidos pela Deliberação CVM nº 695/12, porém considerando a paridade contributiva de 50%, sem estudos individualizados por processos judiciais e assumindo que os participantes e assistidos teriam capacidade e condições para arcar com 50% da obrigação atuarial. Conseqüentemente, considerando a ausência de estudos individualizados e o provisionamento parcial com base na paridade contributiva de 50%, não nos foi possível concluir se o montante provisionado é suficiente para suportar as saídas de caixas futuras que poderão ser requeridas quando dos desfechos dos processos judiciais, bem como sobre a movimentação ocorrida no semestre findo em 30 de junho de 2014 nas rubricas “Outros ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido débitos no montante de R\$6.084 mil e na despesa com benefícios pós-emprego débitos no montante de R\$23.167 mil (créditos no montante de R\$10.517 mil e débitos de R\$10.168 mil no semestre findo em 30 de junho de 2013, respectivamente) e os respectivos créditos tributários constituídos sobre o montante dessa provisão, no montante de R\$102.516 mil (R\$112.406 mil em 31 de dezembro de 2013).

Limitação de escopo relacionada às provisões para contingências cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 28 em 30 de junho de 2014 o Banco possui registrados os montantes de R\$37.457 mil, R\$37.357 mil e R\$43.770 mil (R\$36.312 mil, R\$35.090 mil e R\$42.348 mil em 31 de dezembro de 2013) referentes às provisões para contingências de naturezas cíveis, contingências trabalhistas e depósitos judiciais, respectivamente. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os valores contábeis das mencionadas provisões em decorrência do Banco não dispor de conciliações com as posições dos advogados terceirizados e tribunais de justiça competentes. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir sobre a adequação das provisões para contingências e depósitos judiciais, bem como dos respectivos créditos tributários constituídos sobre as referidas provisões, nos montantes de R\$14.983 mil e R\$14.943 mil (R\$14.525 mil e R\$14.036 mil em 31 de dezembro de 2013), respectivamente.

Modificação em relação à realização de determinados ativos relacionados à CAPAF

Em 30 de junho de 2013, o Banco possuía registrado na rubrica “Títulos e Créditos a Receber”, o valor de R\$ 151.166 mil, correspondente aos aportes efetuados a maior em relação aos valores de contribuições previstos, à época, nos planos de custeio e pagamentos de sucumbências judiciais da CAPAF. O Banco, com base em instrumentos jurídicos, tinha como expectativa a utilização

desse montante no equacionamento do déficit atuarial que existia nos planos de benefício definido (plano BD e MB) e/ou restituição dos valores. Entretanto, embora referidos planos de benefício definido tenham sido saldados e estivessem em processo de liquidação, a Administração não dispunha de estudo ou plano que sustentasse a forma de liquidação financeira do referido ativo, indicando que uma provisão para não realização deste valor deveria ter sido constituída. O Banco decidiu registrar a referida provisão no semestre findo em 31 de dezembro de 2013, entretanto, as referidas informações contábeis intermediárias correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013 não foram reformuladas para refletir a referida provisão em contrapartida ao resultado, conforme requerido pela Resolução CMN nº. 4.007/11 e pronunciamento técnico CPC 23 (retificação de erro e mudança de práticas contábeis). Consequentemente, os valores correspondentes ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 continuam sem contemplar o referido efeito. Nossa conclusão de auditoria sobre as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 conteve modificação relacionada a esse assunto. Nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias do trimestre corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

Conclusão com ressalvas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos e, se houver, pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos “Base para conclusão com ressalvas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Ênfases

Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios.

Avaliações atuariais anuais dos contratos de saldamento dos planos de benefícios

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, que evidencia que o Banco possui registrado, em 30 de junho de 2014, como outras obrigações no passivo circulante e não circulante o montante total de R\$730.437 mil (R\$711.723 mil em 31 de dezembro de 2013) decorrente do reconhecimento do saldamento dos planos de benefícios previdenciários. As liquidações financeiras da referida obrigação poderão ocorrer por valores diferentes daqueles consignados nas informações contábeis intermediárias no trimestre findo em 30 de junho de 2014, pelo fato de existir previsão contratual de reavaliações atuariais anuais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro dos pagamentos dos benefícios aos assistidos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos e, se houver, pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos “Base para conclusão com ressalvas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília - DF, 8 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

PARECER CF N° 2014/003

Ref. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 1º SEMESTRE DE 2014.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao primeiro semestre de 2014. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal no decorrer do semestre pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria. Depois de analisar o Relatório da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 08 de agosto de 2014, e após os exames efetuados sobre as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2014, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 30 de junho de 2014, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir das limitações e ressalvas constantes do mencionado parecer sobre depósitos judiciais, provisões vinculadas ao ativo, bem como as decorrentes de contingências cíveis e trabalhistas, relacionadas ou não à CAPAF.

Brasília (DF), 8 de agosto de 2014.

MARCELO SARAIVA CAVALCANTI
PresidenteJOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO
ConselheiroANDRÉ LUIZ VALENTE MAYRINK
ConselheiroMARCO AURELIO BARROSO AGUIAR
Conselheiro